

mut.

A REVISTA DO MUTUALISMO

N.º 17 | EDIÇÃO 2026 | ISSN 2183-1114

PREVIDÊNCIA
E PENSÕES

SAÚDE MUTUALISTA
EM PORTUGAL

AS MUTUALIDADES
NAS EMPRESAS

PADRE
VÍTOR
MELÍCIAS

MENTOR DO PRIMEIRO CÓDIGO DAS ASSOCIAÇÕES MUTUALISTAS

CUIDAM DE SI E DA SUA SAÚDE. PROTEGEM O SEU PRESENTE E O FUTURO.

O QUE SÃO MUTUALIDADES?

São IPSS sem fins lucrativos e de utilidade pública, que disponibilizam aos seus associados e famílias, essencialmente através da respetiva quotização, modalidades de benefícios complementares de segurança social e saúde.

O QUE FAZEM POR SI?

MODALIDADES DE SEGURANÇA SOCIAL

Soluções de poupança, reforma, invalidez, sobrevivência, desemprego, capitais para jovens, educação...

MODALIDADES DE SAÚDE

Assistência médica e de enfermagem (clínicas, hospitais, exames), assistência medicamentosa

AÇÃO SOCIAL

Creches, jardins de infância, lares, apoio domiciliário, centros de dia...

PRESERVAR A IDENTIDADE DO MUTUALISMO É O NOSSO DESAFIO



É uma honra reunir tantas personalidades relevantes do mutualismo e da sociedade portuguesa nesta edição da revista MUT, que apresenta várias trajetórias feitas de solidariedade, exemplos de empreendedorismo e ideias que revelam a força deste movimento social com mais de oito séculos de história. A entrevista que publicamos nestas páginas ao Padre Vítor Melícias oferece-nos uma visão singular sobre a solidariedade, a corresponsabilidade e a função social da economia. Mentor do primeiro Código das Associações Mutualistas em 1990, figura maior do mutualismo, da economia social no seu todo e da própria sociedade, o frade franciscano e Presidente da União das Mutualidades entre 1986 e 1991 lembra-nos que as instituições sociais não vivem da dependência do Estado. Cooperam com ele e são ambos corresponsáveis por proteger o cidadão. Por isso, defendemos um diálogo permanente entre o Governo e as entidades representativas do setor social e solidário na busca das melhores soluções. Vítor Melícias sublinha a importância de o Estado não interferir na autonomia das mutualidades e de preservar a identidade solidária do mutualismo, alertando para o risco de estarmos a transformar associações de solidariedade em instituições financeiras.

Defende, nomeadamente, que a supervisão das mutualidades e o Código das Associações Mutualistas (CAM) exigem reflexão e atualização. Desde o VII Encontro Nacional de Dirigentes, em 2018, o Movimento Mutualista e a UMP reclamam a revisão do CAM, ainda por concretizar, apesar de sete anos de insistência junto do Governo, de forma a conciliar liberdade associativa com uma tutela adequada, sem reduzir o setor a critérios apenas financeiros. Nesta edição, celebramos também a inovação e o dinamismo das associações mutualistas portuguesas, de norte a sul, cujos projetos em saúde e proteção social transformam a vida de associados e comunidades. Destacamos dirigentes que são exemplos de dedicação e liderança, bem como instituições de referência como a Fundação Gulbenkian e a Entrajuda, símbolos de solidariedade e cidadania à escala nacional e internacional. Esta revista mostra um movimento vivo, que alia tradição e inovação, e reafirma a importância de preservar liberdade, autonomia e solidariedade recíproca. Obrigado por nos ler e por querer conhecer melhor o mutualismo, a sua história e o seu papel incontornável na sociedade portuguesa. ■

Luis Alberto Silva
Presidente da União das Mutualidades Portuguesas

ÍNDICE



PREVIDÊNCIA E PENSÕES COMPLEMENTARES

UM DEBATE COM PISTAS PARA O FUTURO

28



ENTREVISTA

06 PADRE VÍTOR MELÍCIAS

O frade franciscano e Ex-Presidente do Montepio Geral e da União das Mutualidades Portuguesas defende, em entrevista à MUT, finança com consciência e mutualismo solidário.

OPINIÃO

14 CARDEAL AMÉRICO AGUIAR, Bispo de Setúbal, defende o Bem Comum como prática de cuidado e gratidão pelo papel histórico das mutualidades e outras instituições.

16 ANTÓNIO COSTA E SILVA, Ex-Ministro da Economia, liga instabilidade geopolítica e crise climática à urgência de reforçar o mutualismo, inovando na proteção social, saúde e transição digital.

18 LUÍS PAIS ANTUNES, Presidente do Conselho Económico e Social, defende a Economia Social como parceira central da coesão e sustentabilidade, num contexto europeu de instabilidade e reformas urgentes.

20 ANTÓNIO M. FONSECA, Professor Associado da Universidade Católica Portuguesa, enquadra o envelhecimento como conquista e exige respostas diversificadas, com prioridade ao *ageing in place* e à autonomia.

22 FERNANDO PAULINO, Presidente da ASM Setubalense, defende parcerias Estado-setor solidário para combater solidão, desigualdades e exclusão, humanizando as cidades.

24 JOAQUIM DEVESAS, Presidente da ASM de Serzedo, apela ao reconhecimento público das mutualidades e à remoção de constrangimentos, perante o SNS em crise.

26 LUÍS MARTINS, Presidente da ASM Artistas de Bragança, defende que, no interior, as mutualidades asseguram coesão social, mas precisam de renovar gerações, profissionalizar a gestão e diversificar financiamento para serem sustentáveis.

PREVIDÊNCIA SOCIAL

28 PREVIDÊNCIA E PENSÕES

Painel de especialistas alerta para a pressão demográfica nas pensões e defende um compromisso estável para fazer crescer a previdência complementar.

MUTUALISMO

34 MUTUALISMO NAS EMPRESAS

O caso da Associação Mutualista da NORS mostra como uma mutualidade no seio de uma empresa pode reforçar a proteção social, a pertença e fidelização, estendendo apoio à família.

36 GUIA PRÁTICO PARA CONSTITUIR UMA ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA

As etapas legais e técnicas, do registo na DGSS aos estatutos e estudo atuarial, para garantir viabilidade.



MUTUALISMO

38 SAÚDE MUTUALISTA EM PORTUGAL

O movimento mutualista dispõe de capacidade instalada e de um perfil assistencial ajustado às pressões atuais do sistema e está em condições de reforçar a acessibilidade e a continuidade de cuidados em articulação com o SNS.

42 DIA NACIONAL DO MUTUALISMO

Um conjunto de sínteses dos painéis e intervenções do Dia Nacional do Mutualismo, reunindo as ideias-chave, diagnósticos e propostas que marcaram os debates.

44 2025 EM RETROSPECTIVA

Em 2025, a UMP colocou o mutualismo no centro da conversa pública através de um ciclo de encontros, conferências e momentos de formação que cruzaram dirigentes, especialistas e decisores.

INTERNACIONAL

46 FÓRUM SOCIAL EUROPEU

Roxana Mînzatu defendeu que a competitividade europeia depende de direitos sociais fortes e abriu com a UMP uma via de diálogo estruturado em Bruxelas sobre economia social e mutualismo.

48 MUTUALISMO SEM FRONTEIRAS

Na agenda internacional, a UMP tem projetado o mutualismo português em fóruns e processos de cooperação do Brasil ao México e a Marrocos, incluindo trabalho bilateral com a Argentina, reforçando parcerias e a articulação global da economia social.

MUTUALIDADES

50 ASM SÃO MAMEDE DE INFESTA

A ASM de São Mamede de Infesta apresenta o estudo prévio para uma nova clínica e o rebranding para Climutua Medical Center.

52 MONTE-PIO ARTÍSTICO TAVIRENSE

Uma clínica de gastroenterologia em Tavira que veio preencher um vazio regional e reduzir a pressão das listas de espera no Algarve

54 A BENEFICÊNCIA FAMILIAR

Na nova sede, o mutualismo ganha forma de “casa”, com cantina, ginásio, clínica, farmácia, universidade sénior e espaços de convívio.

58 O LEGADO DO OPERÁRIO DE ÉVORA

Com o centenário no horizonte, associação reabre a sede na mesma morada, modernizando o espaço.



ROSTOS DE CIDADANIA E SOLIDARIEDADE

60 HÉLDER PINHEIRO: Hélder Pinheiro, da Previdência dos Ferroviários, defende a habitação acessível no Porto

62 JOÃO ESTEVES: Rui Esteves relata a dedicação do pai à Protectora dos Artistas de Faro e ao ideal mutualista de entreajuda.

64 DISTINÇÕES: A UMP distinguiu a Fundação Calouste Gulbenkian e a Entrajuda por reforçarem a capacidade de resposta social no terreno.

66 PRÉMIO TRABALHADOR DO ANO
Cátia Rodrigues, administrativa d'A Mutualidade de Santa Maria, venceu a votação pública.

mut.

União das Mutualidades Portuguesas

Avenida 29 de Março, 754 Loja 14,

Apartado 58, 3885-518 Esmoriz

Telefone: 256 112 880

NIPC - 501 097 350

www.mutualismo.pt | uniao@mutualismo.pt

Editor Luís Alberto Silva | **Redação e Fotografia:** UMP

Impressão Norprint - A Casa do Livro

Propriedade e Edição União das Mutualidades Portuguesas

Tiragem 500 exemplares | Depósito Legal 366134/13 | ISSN 2183-1114

Distribuição gratuita

Os artigos assinados são da responsabilidade dos seus autores e não expressam necessariamente a opinião do editor.



PADRE
VÍTOR
MELÍCIAS

**“ESTAMOS A CORRER O RISCO
DE TRANSFORMAR ASSOCIAÇÕES
DE SOLIDARIEDADE EM
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS”**

DO AMEAL AO VARATOJO, UM CAMINHO DE SERVIÇO

O menino do Ameal que queria ser frade acabou por se tornar uma das vozes mais influentes da economia social portuguesa. Entre o hábito franciscano e as instituições de solidariedade, Vítor Melícias foi sempre guiado pelo mesmo propósito: servir.

Nasceu em 1938, numa família humilde da aldeia do Ameal, em Torres Vedras. Um de nove irmãos, aprendeu cedo que a fé podia ser uma forma de resistência à pobreza. O tio, o frade e académico de mérito Fernando Félix Lopes, foi a figura que lhe despertou a vocação. “Aos oito anos já dizia que queria ser padre como o tio”, recorda.

Aos 11 anos, ingressou no seminário franciscano de Montariol, em Braga. Seguiram-se o noviciado no Convento do Varatojo — onde vive e nos recebeu —, os estudos de Filosofia em Leiria e de Teologia em Lisboa. Ordenado em 1962, alargou o ministério aos estudos de Direito Canónico em Roma e, já em Portugal, formou-se em Direito na Faculdade de Lisboa, onde teve colegas



como Marcelo Rebelo de Sousa e Leonor Belezã. “Estar onde pudesse ser útil”, diz, foi o princípio que o guiou como professor, capelão dos Bombeiros e dirigente da Caixa Central da Segurança Social dos Emigrantes. A partir dessa vocação de serviço, a vida do frade cruzou-se naturalmente com o mundo mutualista e da economia social — territórios onde viu florescer, em novas formas, o ideal de fraternidade franciscana.

“SEMPRE ME DEIXEI GUIAR
PELO PRINCÍPIO DE ESTAR
ONDE PUDESSE SER ÚTIL.”



Convento de Santo António do Varatojo, em Torres Vedras.
Cortesia da Rota Histórica das Linhas de Torres.

“A FINANÇA NASCEU PARA AJUDAR OS POBRES.”

“A FINANÇA PRECISA DE CONSCIÊNCIA”

Como é que um frade franciscano concilia a vocação religiosa com o envolvimento no mundo financeiro? Para Vítor Melícias, a resposta é simples: “São Francisco dizia que devíamos trabalhar, não pelo salário, mas para sermos úteis.”

Quando assumiu a presidência da Associação Mutualista Montepio Geral, percebeu que a instituição corria o risco de se afastar das suas origens. “Era cada vez mais uma instituição financeira e cada vez menos uma associação mutualista”, lamenta. Procurou, então, recentrar a missão: o Montepio como uma associação de solidariedade social, com uma caixa económica anexa — e não o contrário.

“Entrei no mundo da finança porque é compatível, se for para servir. Já não seria se fosse por ganância”, sublinha. Recorda que os franciscanos “não podem ter, nem querem ter, propriedade de nada”.

“É bom que o espírito franciscano participe nestas causas, para que a finança recupere consciência: nasceu para ajudar a economia e os pobres. Hoje, muitas vezes, transformou-se em instrumento de lucro pessoal. É preciso recuperar a economia financeira social.”

Hoje, vê sinais de esperança na consolidação legislativa e institucional da economia social, mas considera que a “economia financeira social” - aquela que redistribui e gera bem comum - ainda é “uma realidade muito restrita” e que precisa de dar passos significativos para servir os pobres.



Padre Vítor Melícias folheia “Breve História do Mutualismo em Portugal”, um projeto de investigação de Álvaro Garrido, Diretor da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, e editado pela UMP.



Comitiva da UMP com o Sr. Padre Vítor Melícias, no Convento de Santo António do Varatojo, em Torres Vedras.

“UMA DAS GRANDES
RIQUEZAS DAS
INSTITUIÇÕES
SOCIAIS É A
SOLIDARIEDADE
– A SUA PRIMEIRA
MARCA.”

**“OS PORTUGUESES SÃO
UM POVO GENUINAMENTE
SOLIDÁRIO”**

A vida de Vítor Melícias está intimamente ligada às grandes instituições do setor social e solidário — das Mutualidades às Misericórdias, da Liga dos Bombeiros à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e ao Montepio Geral.

Guarda dessas experiências a convicção de que “os portugueses são um povo sensacional, genuinamente solidário”, mas que as pressões sociais e políticas

“levam muitas vezes ao egoísmo e à busca de segurança pessoal”.

“Dou graças a Deus por ter encontrado, ao longo da vida, gente aberta a viver a solidariedade nas suas várias formas. Uma das grandes riquezas das instituições sociais é justamente a solidariedade — a sua primeira marca. Estas instituições existem porque cada pessoa é irmã da outra. Recordo de toda a minha vida associativa a sensação de ter encontrado gente muito generosa”, diz.



VÍTOR MELÍCIAS,
PRESIDENTE
DA UNIÃO DAS
MUTUALIDADES
PORTUGUESAS
ENTRE 1986 E 1991.

**“MISERICÓRDIAS E MUTUALIDADES:
DIFERENTES, MAS IGUAIS”**

Foi dirigente de ambas e reconhece-lhes missões complementares. “As Misericórdias organizam-se para ajudar terceiros; as Mutualidades, para a entreaajuda entre associados. Ambas fazem sentido e pertencem ao mesmo universo da solidariedade.” Defende uma cooperação e colaboração mais estreitas entre estas instituições — unindo recursos e vocações locais, sobretudo nas áreas da saúde, habitação e envelhecimento.

Distingue com clareza o papel do Estado: “É uma ideia errada pensar que só o Estado tem a obrigação de praticar a ação social. A obrigação começa em cada pessoa e vai subindo por níveis de subsidiariedade.” Ou seja, sempre que uma pessoa ou família pode resolver um problema, o bairro não tem que intervir. Sempre que um bairro pode resolver ou sempre que uma cidade pode resolver, o Estado não tem que intervir.

Vítor Melícias admite que, nas próprias instituições sociais, há pessoas que pensam que o Estado é que tem a obrigação de proteger o cidadão e, como não o faz, fazem elas, e o Estado tem que lhes pagar. “Não é disso que se trata”, clarifica. “A verdadeira solidariedade é corresponsável. A corresponsabilidade é um conceito que se usa pouco, mas é bom que nós, na área da economia social, o utilizemos cada vez mais. O Estado e as instituições não estão numa relação de dependência, mas de cooperação. Cumprimos juntos a obrigação de proteger o cidadão, cada um com a sua parte”, sustenta.



MENTOR DO PRIMEIRO CÓDIGO DAS ASSOCIAÇÕES MUTUALISTAS

Durante 25 anos, Vítor Melícias foi figura central do mutualismo português. Presidiu ao Montepio Geral a partir de 1983 e à União das Mutualidades Portuguesas entre 1986 e 1991, tendo depois liderado a Mesa da Assembleia Geral durante mais de uma década. “Não devo ter deixado nenhum legado pessoal, mas tive a graça de colaborar em muitas coisas que ficaram”, afirma com humildade. Contribuiu para documentos estruturais, desde estatutos à Lei de Bases da Economia Social. Foi o mentor do primeiro código das Associações Mutualistas, prolongado em 1990 pelo então Presidente da República, Aníbal Cavaco Silva.

“Não quero louvores, mas sinto que valeu a pena — não para mim, mas para as pessoas.” Sobre a atual administração da UMP, é perentório: “Felcito-a por prosseguir com tanta intensidade e produtividade. Que continue a olhar as necessidades de hoje.”

“A SUPERVISÃO DAS
MUTUALIDADES
É UM ASSUNTO
QUE DEVE SER
REPENSADO.”

“ESTOU DISPONÍVEL PARA SER SOLIDÁRIO”

A reforma do Código das Associações Mutualistas (CAM) de 2018 impôs limites de mandatos para os presidentes das Associações e introduziu conceitos como os da idoneidade de dirigentes e de supervisão (pela ASF - Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões). Nas mutualidades, há quem veja nestas alterações uma interferência do Estado num movimento social historicamente livre e defenda a revisão deste documento estruturante.

Vítor Melícias sustenta que o CAM “ainda não está como deve ser. Há muito a refazer, sobretudo nas exigências de gestão.” Defende que as decisões devem caber aos associados, localmente, e que “a liberdade deve coexistir com uma tutela superveniente, mas sem regular as mutualidades como empresas financeiras”. A propósito do papel da ASF sobre as mutualidades de maior dimensão, Vítor Melícias é perentório: “Estamos, sim, a correr o risco de transformar associações de solidariedade em instituições financeiras”. Considera tratar-se de “um assunto que deve ser repensado a nível político e administrativo”, por ter criado “uma enorme confusão entre aquilo que é solidariedade, mesmo na forma de seguro mutualista, e aquilo que



Padre Vítor Melícias recebe obras editadas pela UMP, pelas mãos do seu Presidente, Luís Alberto Silva. Uma delas – “Origens do Mutualismo em Portugal” – retrata a evolução do mutualismo desde o reinado de D. Afonso Henriques (1176).

é segurança comprada e vendida nas companhias de seguros”.

O frade franciscano sublinha que hoje, se “analisam as mutualidades pelo seu aspeto financeiro, esquecendo a sua identidade solidária”. E exemplifica: “O Montepio não é uma instituição financeira. Tem um banco, sim, que é financeiro. Mas enquanto associação mutualista, é uma instituição de solidariedade social, que deve ter tutela da Segurança Social, não do Ministério das Finanças. Subverteram as coisas e isso tem que ser bem pensado”.

Aos 87 anos, continua disponível e ativo. “Falta-me ajudar a consolidar várias coisas. E faço muita coisa. Há muita gente que me pede opiniões e eu faço com gosto.” Entre risos, confessa que o telefone é uma das suas ferramentas de missão: “Tenho muitos números e posso ser útil”. Mas a sua disponibilidade tem sempre uma condição inegociável: “Mesmo quando sou membro de uma organização, a primeira coisa que digo é: sem salário, sem obrigação de agir, a não ser por solidariedade.” E conclui: “Estou disponível para ser solidário. Não quero receber nada de ninguém, a não ser sossego.” ■

“O CAM AINDA NÃO
ESTÁ COMO DEVE SER.”



Com o bom humor que o caracteriza, o Padre Vítor Melícias aceitou o desafio do Azimute sem hesitar — perguntas

diretas, respostas curtas e um ou outro tema mais pessoal. Fê-lo com o mesmo sorriso com que encara a vida e os desafios que ela lhe traz. Aos 87 anos, continua a ser uma personalidade bem-disposta e das mais genuínas do mutualismo português: fala com franqueza, ri de si próprio e mostra que a leveza é também uma forma de sabedoria.

Se pudesse almoçar com uma figura histórica, quem escolheria?

Iria almoçar com o Papa Leão XIV, para lhe dar uns assopros e receber orientações.

Que valores nunca abandonaria?

A solidariedade e a fraternidade universal.

Onde encontra o seu refúgio espiritual?

Em São Francisco de Assis e em Jesus Cristo.

O maior elogio que recebeu?

Me terem dito: gosto mais de ti do que se fosses meu filho. Depois conto a história...

**“SOU CAPAZ
DE RIR DE
MIM MESMO”**

Como definiria o mutualismo?

Um desafio do futuro, para que os seres humanos entendam que somos todos irmãos e que nos devemos ajudar mutuamente.

O que o faz rir com facilidade?

Sou capaz de rir de uma boa anedota e de mim mesmo.

Se voltasse a ter 20 anos, o que repetiria?

Faria as mesmas coisas, talvez de outra maneira. Idealmente, gostaria de ter esta vocação de um cristão que se fez frade franciscano e que pôde estar ao serviço da sociedade, mais do que da Igreja.

Como gostaria de ser lembrado?

Como um velhote bem-apanhado. ■



DR

CARDEAL D. AMÉRICO AGUIAR
BISPO DE SETÚBAL

O BEM COMUM

*“O movimento das Mutualidades
merece a nossa Gratidão por tanto bem fazer
em tantas instituições espalhadas por Portugal.”*

Ao longo deste ano de 2025, tenho refletido, escrito e debatido em diferentes fóruns, o conceito do Bem Comum. Por estranho que possa parecer, e apesar destas duas palavras serem bastantes explícitas no seu significado, pouco se fala do valor, da necessidade e da elevação que o Bem Comum pode e deve trazer à vida de todos nós.

Desde os meus tempos de juventude, sempre me senti atraído pela possibilidade de contribuir, de fazer acontecer à minha volta o Bem. Não centrado em mim, mas sim nos outros.

Mais tarde, já ordenado sacerdote, este Bem Comum ganhou uma identidade própria e conforta-me pensar que os primeiros cristãos viviam em comunidades, partilhando tudo o que tinham e cuidando uns dos outros, fazendo acontecer o Bem Comum de

uma forma espontânea, generosa e com sentido. Por estas e muitas outras razões, procurei sempre acompanhar as mais diversas instituições que prosseguem o seu caminho de fazer o Bem ao próximo. É assim que entendo o trabalho dos Bombeiros, das Misericórdias e, naturalmente, das Mutualidades Portuguesas. Confesso que desconhecia a antiguidade das Mutualidades. Só sublinhava as penta seculares Misericórdias. A minha singela homenagem a tantos séculos em que homens e mulheres de boa vontade articulam “socorro mútuo”. O movimento das Mutualidades merece a nossa Gratidão por tanto bem fazer em tantas instituições espalhadas por Portugal.

A vida das sociedades está marcada por vidas que impulsionam o Bem, que nos mostram caminhos novos. Vejo com alguma inquietação que

se perde esta consciência coletiva de que todos viveremos mais e melhor se quisermos, de forma ativa e consequente, cuidar do próximo.

Se colocarmos o Bem Comum como uma prioridade na vida das famílias, das empresas, das coletividades, do trabalho político, económico e social, do país que somos.

Basta olhar para a nossa história e perceber o impacto que teve a Rainha D. Leonor na história da saúde em Portugal. No século passado, outra mulher colocou os mais pobres dos pobres no centro do conceito do Bem Comum: Santa Teresa de Calcutá, a Mãe dos Pobres, intuiu a urgência de cuidar de quem morria nas ruas de Calcutá. Alguém podia imaginar que as Missionárias da Caridade estão hoje presentes em mais de 130 países? Sempre nos lugares mais pobres de cada cidade.

“Descentrarmo-nos de nós próprios e deixarmos que o Bem Comum invada o nosso coração e o nosso pensamento é urgente e necessário.”

Nas redes sociais, encontrei uma jovem espanhola, que vive no Uganda há cinco anos, totalmente dedicada a cuidar de crianças e à medida que as necessidades vão surgindo, vai avançando com novos projetos que nos deixam surpreendidos pela audácia de assim fazer o Bem. Descentrarmo-nos de nós próprios e deixarmos que o Bem Comum invada o nosso coração e o nosso pensamento é urgente e necessário. Para que tal aconteça, precisamos de falar entre todos, precisamos de chamar os mais novos e de partilhar

com eles o que fazemos, o que nos preocupa, o que não conseguimos fazer, mas também o que nos motiva, nos consola e alegra nesta aventura de dedicar a vida ao Bem Comum. Para que os conceitos passem da teoria à prática, é sempre necessário pôr as mãos na massa e os pés a caminho. Na minha experiência de vida, com famílias, com visitas a lares, hospitais, centros de dia, julgo que muitos concordarão que vivemos demasiado tempo a facilitar a vida dos filhos e dos netos, tentando dar-lhes tudo o que não tivemos, encadeados

com o brilho de uma sociedade de aparente abundância. O Bem Comum passou a ser o Bem próprio, da minha família, dos meus, do que consigo alcançar com o meu suor, esforço e trabalho... O mundo pede-nos que demos um passo atrás e olhemos à nossa volta. Que estejamos atentos ao Bem que outros fazem e a tanto que falta fazer. O fim do ano será sempre um tempo de balanços. Que seja também um tempo de sonhos e de projetos em prol do Bem Comum. ■

Da esquerda para a direita: Luís Alberto Silva, presidente da União das Mutualidades Portuguesas (UMP), o cardeal Américo Aguiar e o pároco de Esmoriz, Manuel Mendes, num encontro nas instalações da UMP.





DR

ANTÓNIO COSTA E SILVA
EX-MINISTRO DA ECONOMIA

O FUTURO DA ECONOMIA E DO TRABALHO E OS NOVOS MODELOS DE PROTEÇÃO SOCIAL: QUE LUGAR PARA O MUTUALISMO?

“O trabalho das Mutualidades é mais necessário do que nunca.”

O mundo está em convulsão com as mudanças sísmicas que estão a ocorrer na geopolítica e na geoeconomia mundiais. Estamos confrontados com a transição de uma era caracterizada pela intensificação da globalização, da integração crescente das economias mundiais, do crescimento sem paralelo do comércio mundial, do funcionamento quase perfeito das cadeias logísticas e de abastecimento, com o célebre modelo *“just in time”*, para uma era caracterizada pela crescente fragmentação geopolítica e geoeconómica, pelas disputas geoestratégicas ferozes entre as grandes potências, pelo crescimento do nacionalismo agressivo, pelas guerras tarifárias e pela ascensão do protecionismo, pelo declínio do comércio e da cooperação internacional, e pelo colapso

periódico das cadeias logísticas e de abastecimento. O resultado são as crescentes dificuldades para a economia e para o bem-estar dos cidadãos, a volatilidade dos mercados impulsionada pelas incertezas geopolíticas globais, a reconfiguração das cadeias de produção e de abastecimento, a crescente dificuldade das empresas no acesso aos mercados e à inovação. Estas mudanças sísmicas são amplificadas pela crescente divergência entre as lógicas política e económica, sendo que a política e a segurança assumem hoje um papel cada vez mais determinante. Neste quadro, as grandes potências mundiais estão a usar aquilo que são bens públicos globais como o comércio, a tecnologia, as cadeias logísticas, como armas de guerra na sua competição estratégica. Isto é mau para a economia

e para o bem-estar global, cria mais dificuldades para a vida dos cidadãos, leva ao aumento das desigualdades, e tudo isto acontece no meio da escalada da emergência climática e da degradação das condições de vida no planeta. Numa altura em que a ameaça climática se agrava com o aumento do aquecimento global, com a perda de milhões de quilómetros quadrados de gelo nos polos, com o aquecimento do solo gelado que cobre 25% do hemisfério norte, com a expansão térmica dos oceanos e a crescente erosão marinha das faixas litorais, com a degradação dos ecossistemas marinhos e terrestres, com a contínua subida das emissões de dióxido de carbono, é mais necessário do que nunca o reforço da cooperação global para fazer face a esta brutal ameaça que pende sobre a vida humana.

“O movimento mutualista é essencial para revitalizar e mobilizar a sociedade em torno dos valores fundamentais da dignidade, respeito e desenvolvimento integral do ser humano.”

A nossa espécie não aprende nada com os seus erros e caminha de forma irresponsável para uma catástrofe que ainda pode e deve ser evitada. Neste quadro, o trabalho das Mutualidades é mais necessário do que nunca. Precisamos do trabalho ainda mais intenso do Mutualismo para reafirmar os seus valores de solidariedade e de previdência, para promover os valores da reciprocidade, para proteger os mais fracos e vulneráveis, para reforçar a proteção social, para continuar a promover a qualidade de vida, para continuar o trabalho de reforço da sustentabilidade e mitigar o impacto negativo das alterações climáticas. É preciso encontrar novas respostas para a inovação social, assegurar modalidades complementares da segurança social, inovar no apoio ao estudo e formação, inovar com a introdução das tecnologias digitais nos cuidados de saúde, incluindo os cuidados continuados e o acompanhamento dos idosos, inovar na ação social, com a ampliação e digitalização da rede de serviços e novas respostas sociais para a infância, os jovens e a terceira idade. É preciso avaliar o impacto do desenvolvimento das tecnologias de informação e das mudanças tecnológicas em curso, e disseminar a adoção das tecnologias digitais e da inteligência artificial no tecido mutualista, potenciando os seus benefícios, incluindo a transformação das relações de trabalho e o

surgimento de modelos híbridos de trabalho, que podem ser mais apelativos e eficazes, mas que também comportam riscos que devem ser avaliados para a sua integração fortalecer as organizações e reforçar a sua eficácia. O movimento mutualista é essencial para revitalizar e mobilizar a sociedade em torno dos valores fundamentais da dignidade, respeito e desenvolvimento integral do ser humano e deve ser também um protagonista essencial em áreas como a cultura e o lazer. Deve acolher e consolidar as novas soluções que estão a emergir para responder às falhas da economia e da sociedade e que podem moldar o futuro, como a crescente consciência ambiental, o desenvolvimento, em particular nas camadas mais jovens, de uma cultura de economia partilhada, as novas formas de propriedade, de contratos e de empréstimos, as plataformas de “crowdfunding” baseadas numa maior solidariedade e cooperação, as plataformas de trabalho colaborativo e associativo e de criação e produção colaborativas ao nível dos serviços, bens e organizações. O movimento mutualista também pode beneficiar do facto de, pela primeira vez na história da humanidade, em função da maior longevidade e dos avanços espetaculares das ciências da saúde, existirem em simultâneo cinco

gerações que vivem, trabalham e consomem todas ao mesmo tempo: a geração Z (nascida entre 2001 e 2020), os “millennials” (nascidos entre 1981 e 2000), a geração X (nascida entre 1965 e 1980), os “baby boomers” (nascidos entre 1946 e 1964) e a geração silenciosa (nascida entre 1925 e 1945). Esta diversidade única cria dinâmicas diferentes mas pode ser uma fonte de vitalidade e renovação se o movimento mutualista identificar novas maneiras de interagir com as diferentes gerações, descobrir as suas diferentes motivações e prioridades, sendo que as gerações mais jovens têm grande atração pela sustentabilidade social e ambiental, pela inclusão, igualdade e fluidez de género, e as gerações mais velhas estão preocupadas com a saúde e qualidade de vida, sendo fulcral integrar novas respostas, como os equipamentos auxiliares de mobilidade, os produtos de cuidados de saúde e soluções personalizadas de bem-estar. O movimento mutualista pode reforçar a sua dinâmica e implantação operando com todos estes setores, potenciando o seu envolvimento e colaboração, alargando o seu leque de intervenção e construindo um “mix” articulado de novas soluções inovadoras. Como disse o filósofo grego Heráclito, a mudança é a única constante da vida, e o movimento mutualista pode e deve estar no centro da mudança para responder aos problemas do nosso tempo. ■

“A nossa espécie não aprende nada com os seus erros e caminha de forma irresponsável para uma catástrofe que ainda pode e deve ser evitada.”



DR

LUÍS PAIS ANTUNES

PRESIDENTE DO CONSELHO ECONÓMICO E SOCIAL

A ECONOMIA SOCIAL NO CENTRO DAS POLÍTICAS DE COESÃO E DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

“As organizações da Economia Social são parceiros indispensáveis para enfrentar alguns dos principais desafios contemporâneos.”

A Economia Social e os seus agentes têm vindo a afirmar-se de forma consistente como atores centrais no desenho e execução das políticas de coesão e do desenvolvimento sustentável.

A sua capacidade de colocar as pessoas e as comunidades no centro da ação económica, aliada ao forte compromisso com a solidariedade, a sustentabilidade e a responsabilidade social, fez – e faz – das organizações da Economia Social parceiros indispensáveis para enfrentar alguns dos principais desafios contemporâneos, designadamente os que nos são colocados pelas persistentes desigualdades sociais, pela exclusão territorial e pelas mudanças climáticas. Mas mais do que isso, reconhecer a importância da

Economia Social e dos seus agentes e apoiar o seu reforço significa também contribuir para um modelo de desenvolvimento mais justo, inclusivo e sustentável, capaz de garantir coesão e prosperidade para as gerações presentes e futuras.

O processo da chamada “construção europeia”, iniciado na segunda metade do século passado, deve grande parte do seu sucesso – traduzido num significativo desenvolvimento económico e social durante largas décadas – ao “casamento” entre os mecanismos do mercado livre e a equidade social que estão na base da “Economia Social de Mercado”, como bem refere José Silva Peneda no seu “A Economia Social de Mercado na União Europeia”¹. O “modelo social europeu” atribui

um papel de relevo à promoção da solidariedade, da cooperação e da responsabilidade social, através de uma clara aposta num modelo de desenvolvimento que valoriza as pessoas e que procura conciliar a concorrência com a equidade, a solidariedade e a igualdade de oportunidades. Naturalmente, no desenho e execução desse modelo, as organizações da Economia Social desempenham um papel relevante enquanto “agentes da transformação”, pelo contributo que oferecem à construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e sustentável. Esse contributo é particularmente relevante no domínio das políticas de coesão e de desenvolvimento sustentável e na prossecução dos respetivos objetivos.

“As alterações significativas no equilíbrio geopolítico e geoeconómico mundial formam nuvens ameaçadoras sobre o futuro próximo.”

No domínio da política de coesão – fundamental para a redução das desigualdades regionais e a promoção da inclusão social e da igualdade de oportunidades – a proximidade das organizações da Economia Social às comunidades locais permite, mais facilmente, criar respostas adaptadas às necessidades e especificidades de cada comunidade, gerando emprego inclusivo e dinamizando zonas desfavorecidas, proporcionando dessa forma o reforço da convergência a nível económico, social e territorial.

No domínio da política de desenvolvimento sustentável – fundamental para a conciliação entre crescimento económico, justiça social e preservação ambiental – a Economia Social e as suas organizações desempenham um papel muito relevante, não apenas na criação de emprego inclusivo, através da integração de grupos vulneráveis no mercado de trabalho, mas também na inovação social e na economia verde.

Na primeira, promovendo soluções para problemas sociais e ambientais complexos; na segunda, fomentando projetos ligados à reciclagem de resíduos, à agricultura biológica, às energias renováveis e ao turismo sustentável, para dar apenas alguns exemplos.

O projeto europeu atravessa uma fase conturbada. As alterações significativas no equilíbrio geopolítico e geoeconómico mundial, a guerra na Ucrânia, a necessidade de repensar a defesa e segurança europeias – e de nelas investir significativamente –, os crescentes sinais de debilidade revelados por outrora fortes economias da União (sobretudo, a alemã, mas também a francesa) formam nuvens ameaçadoras sobre o futuro próximo. Os pilares económicos da prosperidade que foram a base da “economia social de mercado” e do chamado “milagre económico alemão” têm vindo a enfraquecer ou ter-se-ão mesmo, como refere

Münchau², desmoronado. A França vive um, já longo, período de perturbações, do ponto de vista político, económico e social. Paralelamente, a generalidade dos Estados-membros da União confronta-se com graves problemas no setor da habitação e uma pressão migratória significativa que vem colocando dificuldades no plano da coesão social e cultural.

Num tal contexto, o robustecimento da Economia Social de Mercado torna-se mais difícil, mas também mais premente e indispensável. Dificilmente, a Europa e Portugal conseguirão levar a cabo o conjunto de reformas necessárias e urgentes que têm pela frente – em áreas tão distintas como as da ciência e inovação, saúde, habitação, ambiente e energia, para referir apenas alguns exemplos – sem uma Economia Social de Mercado que seja forte e que saiba aliar o dinamismo económico num quadro concorrencial à equidade e justiça sociais. ■

¹ Cadernos Adenauer X (2009), n.º 3, in *Sair da Crise: Economia Social de Mercado e justiça Social*, Fundação Konrad Adenauer, Rio de Janeiro, novembro 2009, p. 95 e ss.

² Wolfgang Münchau, *Kaput - O Fim do Milagre Alemão*, Contexto, 2025.



DR

ANTÓNIO M. FONSECA

PROFESSOR ASSOCIADO DA UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

SETOR SOCIAL: UM ROTEIRO PARA A LONGEVIDADE

“O envelhecimento da população constitui um feliz ponto de chegada do desenvolvimento humano.”

Ao invés de ser «um problema», o envelhecimento da população constitui um feliz ponto de chegada do desenvolvimento humano. Viver mais tempo é fruto de conquistas diversas sob o ponto de vista médico, tecnológico e social. Mas a existência de um número cada vez mais elevado de pessoas idosas constitui, igualmente, um desafio para as comunidades e para o setor social. À medida que envelhecem, as pessoas têm necessidade de viver em ambientes e/ou de serviços que lhes proporcionem o suporte necessário para compensar as mudanças associadas ao envelhecimento, algumas delas sinónimo de redução ou perda de capacidades. A criação e manutenção de condições facilitadoras do envelhecimento é uma tarefa

indispensável para a promoção do bem-estar das pessoas idosas e para que elas possam continuar a ser, pelo maior tempo possível, autónomas e socialmente relevantes. Por tudo isto, é fundamental equacionar a criação e o desenvolvimento de respostas sociais diversificadas, atendendo às condições reais de existência das pessoas mais velhas, neste caso concreto, das que residem em Portugal. Nas palavras de Manuel Gonçalves Pereira (in Fonseca, 2021¹), «as pessoas mais velhas não constituem, obviamente, uma população homogénea. Isto verifica-se quer em termos da própria idade (é diferente ter 65 anos ou 85) quer do estado de saúde (é diferente ter apenas alguma hipoacusia, por exemplo, ou ter

demência, depressão grave e arrastada, ou sequelas de AVC). Nesse sentido, as respostas podem ser mais ou menos adequadas a determinados subgrupos, e algumas podem ter alvos muito específicos.» Tal significa que, à partida, não há respostas universais para todas as pessoas idosas, mas sim respostas adequadas; se, nalguns casos, elas poderão ser mais abrangentes em termos dos respetivos destinatários, noutros casos poderão ser dirigidas a pessoas apresentando menor ou maior incapacidade. O rápido envelhecimento da população tem suscitado nas sociedades ocidentais o desenvolvimento de novos conceitos, programas e serviços capazes de responder tanto aos anseios e às necessidades da população idosa em geral, como daquelas pessoas

“Viver em ambientes que preservem e promovam a capacidade funcional é a chave para um envelhecimento saudável e ativo.”

que apresentam algum grau de incapacidade, aqui utilizado como tradução de “disability”, no sentido que a Organização Mundial de Saúde lhe atribui, isto é, algo que resulta da interação entre a manifestação de uma determinada condição de saúde (uma doença), e fatores ambientais (incluindo atitudes negativas, transportes públicos inacessíveis ou apoio social limitado), da qual poderá resultar um agravamento dessa mesma condição.

Em Portugal, apesar de a larguíssima maioria dos portugueses envelhecer nas suas casas, as medidas de promoção de *ageing in place* continuam a ter uma fraca visibilidade pública quando comparadas com a atenção que se atribui a soluções institucionais, nomeadamente, ao papel das ERPI na proteção e promoção da vida dos mais velhos. O investimento em ERPI tem servido, com frequência, para justificar a “não-necessidade” de investimento em

qualquer outro tipo de intervenção para além da resposta institucional. Este facto tem contribuído para reforçar imagens estereotipadas do que é envelhecer hoje em Portugal e diminuir os direitos de cidadania das pessoas idosas que continuam a viver em suas casas, especialmente quando apresentam alguma situação particular de vulnerabilidade. Nas últimas duas a três décadas, temos assistido ao que o sociólogo inglês Chris Phillipson apelidou de «modernização» do envelhecimento e de tudo o que envolve a segunda metade da vida. Gradualmente, a perceção que ao envelhecimento corresponde uma fase do ciclo de vida dominada pelo declínio e pela dependência progressivas deixou de fazer sentido. Envelhece-se hoje de forma muito diferente do que se envelhecia há 40 ou 50 anos. Não há duas formas iguais de se envelhecer e essa diversidade está relacionada com as trajetórias, também elas diversas, a

que cada um esteve sujeito ao longo da sua vida. Para além da idade, o envelhecimento tem a ver igualmente com outras variáveis: condição física, capacidade intelectual, saúde, situação face ao trabalho, vida social, etc. A ideia de que as pessoas mais velhas são passivas e dependentes tem vindo a ser substituída pelo reconhecimento da sua capacidade para lidar com a realidade do quotidiano e para tomar decisões com implicação direta na sua vida. Para a Organização Mundial de Saúde, viver em ambientes que preservem e promovam a capacidade funcional é a chave para um envelhecimento saudável e ativo. A promoção de um envelhecimento saudável e ativo e a construção de respostas sociais e de saúde diversificadas que atendam às reais necessidades das pessoas idosas são investimentos sólidos para um futuro onde as pessoas mais velhas deverão ter a liberdade de ser e de fazer aquilo que pretendam e que valorizem. ■

¹ Fonseca, A.M. (2021). *Ageing in Place. Envelhecimento em casa e na comunidade. Modelos e estratégias centrados na autonomia, participação social e promoção do bem-estar das pessoas idosas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.





DR

FERNANDO PAULINO
PRESIDENTE DA ASM SETUBALENSE

UMA SOCIEDADE MAIS HUMANISTA

“O movimento mutualista, através das suas associações, é um parceiro privilegiado de participação social, que não pode ser excluído da tarefa de humanização das comunidades.”

Compete ao Estado garantir os direitos fundamentais dos cidadãos, como o seu bem-estar social e as liberdades individuais e coletivas, promovendo políticas e ações, direcionadas para a erradicação das assimetrias territoriais, económicas e sociais.

Esta responsabilidade do Estado terá maior sucesso quando desenvolvida através de parcerias com as instituições do Setor Social e Solidário.

O conhecimento, a capacidade de resiliência e a proximidade às comunidades são fatores fundamentais para enfrentar e resolver os problemas cada vez mais complexos e desafiantes da atualidade. Sociedade, que vive novos tempos, sem tempo. Sem tempo para olhar e ver, para pensar e refletir, sem tempo para sentir. Vivem-se tempos de pobreza material e moral,

vivem-se tempos de solidão. A solidão que pode ser sentida nos locais mais recônditos, ou nos grandes centros urbanos. As grandes cidades vivem, aliás, um paradoxo, que é vivermos juntos, mas isolados. As cidades têm muita população, mas faltam as pessoas. Falta a alma da gente.

Todo o contexto de isolamento social e solidão pode ainda ser agravado por fenómenos de racismo e xenofobia, fenómenos crescentes e promotores de exclusão, de violência e diversas vulnerabilidades, que devem ser combatidos de forma efetiva. A aceleração do mundo digital, sendo um fator de modernização e de desenvolvimento e facilitador da comunicação é, também, um elemento castrador da interação e da vida em comunidade.

Todos estes impactos da nova realidade social tornaram a sociedade e, em particular, as cidades num espaço egoísta, sem o necessário sentimento de proximidade e de humanidade. A cidade precisa de estratégias comunitárias, precisa de políticas viradas para as pessoas. A cidade precisa de organização de planeamento urbano e social que promova a interação e o reforço da vida comunitária e também familiar. Essa é uma responsabilidade de todos. Do poder político, das instituições da sociedade civil, quer através de ações isoladas praticando voluntariado, ou trabalhando em esforço comunitário organizado. Este esforço deve ser de todos. O movimento mutualista, através das suas associações, com a sua capacidade de criar laços comunitários

*“Uma sociedade que esquece o passado,
vive um presente que não terá futuro.”*

de proximidade e de confiança, é um parceiro privilegiado de participação social, que não pode ser excluído da tarefa de humanização das cidades e das comunidades onde estão inseridas. O conhecimento adquirido através de séculos de trabalho em prol dos mais desfavorecidos, complementando e substituindo o sistema público, em áreas fundamentais, como a saúde e a proteção social, tornam o movimento mutualista um elo importante no sistema de solidariedade.

Neste tempo novo, onde se vive sem tolerância, ou compaixão, para o drama da solidão dos nossos idosos, o papel das nossas organizações é fundamental no trabalho em rede, no apoio à terceira idade, com as valências de Lar, Centro de Dia e Serviço de Apoio Domiciliário. Toda essa política de apoio social mitiga o sofrimento da solidão de idosos, que muitas famílias esquecem e a sociedade tolera. E uma sociedade que esquece o passado, vive um

presente que não terá futuro. Toda esta realidade deve convocar-nos a todos, todos, todos, a assumir a nossa responsabilidade social, ajudando-a a tornar-se mais justa, mais solidária e mais humanizada.

Somos todos convocados a uma profunda reflexão e firme determinação, na defesa dos valores da igualdade da fraternidade e da dignidade humana.

“O MEU É TEU!” ■





DR

JOAQUIM DEVESAS
PRESIDENTE DA ASM DE SERZEDO

O PAPEL DAS MUTUALIDADES NO SETOR DA SAÚDE

“É inquestionável que o SNS atualmente não tem capacidade para responder de forma eficaz e em tempo oportuno a todas as solicitações e desafios.”

No ano em que celebra o seu 46º aniversário, o SNS vive uma grave crise, provavelmente a mais crítica da sua história. Nos últimos meses, somos diariamente surpreendidos, ou talvez já não, com notícias preocupantes sobre o setor da saúde. O fluxo emigratório de profissionais da área da saúde – médicos e pessoal de enfermagem – quer pela oferta de melhores condições remuneratórias, quer pela oferta de melhores oportunidades, vem contribuindo preocupantemente para o agravamento da crise no SNS. Este serviço perdeu mais de 6500 médicos entre 2020 e abril de 2025. Estas saídas causam um impacto negativo e talvez irreversível no SNS. De acordo com um recente estudo da Universidade Católica Portuguesa, quase 98% dos inquiridos consideram que o SNS

está pior. Curiosamente, queixam-se dos serviços e da forma como são prestados, mas não da qualidade dos profissionais, o que confirma a elevada qualidade dos profissionais que trabalham no SNS. Com uma possível margem de erro, devemos concluir que o descontentamento da população com a qualidade do funcionamento do SNS é quase global. Durante muito tempo, o nosso SNS foi considerado um dos melhores sistemas de saúde europeus, mas dados do Euro Health Consumer Index 2015 colocaram-no no 20º lugar, depois de em 2014 ter ocupado o 13º lugar, o que determina a necessidade de reformas estruturais para melhorar a eficiência e equidade no acesso aos serviços. O SNS já não tem capacidade de responder satisfatoriamente a

todas as solicitações. Embora o SNS seja a principal estrutura nacional na prestação de cuidados de saúde, o papel dos setores privado, social e solidário tem-se afirmado e já não pode ser desvalorizado. Aliás, sem a intervenção destes setores na área da saúde, o SNS deixaria de ser sustentável e a saúde dos portugueses degradar-se-ia. Numa recente intervenção, o Presidente da República fez um diagnóstico da situação da saúde no nosso país, reafirmando que o SNS deve ser essencialmente público, mas que é preciso afirmar os papéis dos diferentes intervenientes no setor de saúde público, privado e social. A dificuldade de acesso ao SNS, bem como a demora na marcação de exames, tratamentos e consultas – as listas de espera especialmente em

“É cada vez mais urgente e imperioso que o governo reconheça o papel indispensável das instituições da área social como complemento do SNS.”

áreas tão críticas como a oncologia e a cardiologia podem ultrapassar um ano -, são as principais razões que levam os portugueses a subscrever, cada vez mais, os seguros de saúde. Em termos globais, o número de cidadãos abrangidos por um seguro ou subsistema de saúde já se aproxima dos 60 por cento. Na área da prestação de cuidados de saúde, cabe um papel cada vez mais importante às instituições do setor social e solidário, particularizando aqui o papel das associações mutualistas. Apesar da eficiência e qualidade dos serviços que prestam aos seus associados, há ainda muitos constrangimentos que o governo tarda a eliminar.

A União das Mutualidades Portuguesas, através dos seus dirigentes, tem-se desdobrado em contactos e reuniões permanentes junto dos vários governos para superar as muitas dificuldades e restrições que permanecem na ação das mutualidades na área da saúde. Há alguns meses o governo celebrou um protocolo genérico com a UMP com vista ao reforço de acesso dos associados das associações mutualistas aos cuidados de saúde e prescrição dos meios complementares de diagnóstico e terapêutica. É inquestionável que o SNS atualmente não tem capacidade para responder de forma eficaz e em tempo oportuno a todas as solicitações e desafios.

O número atual de associações mutualistas ativas no nosso país ultrapassa ligeiramente a centena, cinquenta e cinco das quais são filiadas

na UMP, a maioria das quais prestam cuidados de saúde.

Atualmente, das mutualidades filiadas na UMP, trinta e duas atuam na área da saúde – dezanove na zona norte, cinco na zona centro e oito na zona sul. Este número irá crescer no futuro. Os serviços de saúde oferecidos aos associados /utentes são os mais variados: medicina geral e familiar, enfermagem, consultas de especialidades, medicina física e de reabilitação.

Os associados mutualistas não só têm acesso a serviços de saúde diretamente nas instalações da sua mutualidade, mas também a um leque muito alargado de entidades protocoladas, com preços bonificados. Os centros de saúde não oferecem a maior parte das consultas de especialidade que muitas mutualistas já oferecem, o que reforça o papel complementar, mas não substituível, do SNS.

Os associados das associações beneficiam de cuidados de saúde muito humanizados e de qualidade, sem listas de espera, nem necessidade de se dirigir a um centro de saúde, a horas impróprias e pouco dignas, onde o número de médicos de família é insuficiente, para a marcação duma consulta que terá lugar alguns meses mais tarde. E este direito, estes benefícios pelo pagamento duma quotização mensal de valor muito reduzido, suportável pelas generalidades das populações, mesmo as mais carenciadas.

É cada vez mais urgente e imperioso que o governo reconheça o papel já

indispensável das instituições da área social como complemento do SNS.

Estas já deram provas suficientes de que prestam serviços de qualidade, humanizados e a preços muito inferiores aos do mercado.

A Associação de Socorros Mútuos de Serzedo (ASMS) a que vimos presidindo há alguns anos completou recentemente 120 anos.

Mas rapidamente estes fins tornaram-se insuficientes para as necessidades dos seus beneficiários. Desse modo, foi criada a valência da saúde, com a criação de consultas de clínica geral, medicina dentária e enfermagem.

Ao nível da assistência social, continuamos a manter o subsídio de funeral com uma média anual na ordem dos 130.000 euros, mas a valência da saúde sempre foi e continua a ser a grande aposta da ASMS, com serviços prestados no edifício sede em Serzedo e em postos situados nas freguesias de S. Félix da Marinha, Grijó, Perosinho, Canelas, Mafamude e Gulpilhares, uma política de proximidade física aos muitos associados residentes em todo o concelho de Vila Nova de Gaia. Gostaríamos de aumentar a quantidade e qualidade dos serviços, mas os recursos disponíveis são limitados, uma vez que não contamos com nenhum apoio ou subsídio público.

Esperamos que, definitivamente, o papel das Associações Mutualistas na área da saúde seja reconhecido e apoiado pelo presente e próximos governos. ■

“Sem a intervenção destes setores, o SNS deixaria de ser sustentável e a saúde degradar-se-ia.”



A versão integral deste artigo encontra-se disponível em formato digital e pode ser consultada através deste código QR.



DR

LUÍS MARTINS

PRESIDENTE DA ASM DOS ARTISTAS DE BRAGANÇA

OS DESAFIOS DE UMA ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA NO PORTUGAL PROFUNDO

“O movimento mutualista, através das suas associações, é um parceiro privilegiado de participação social, que não pode ser excluído da tarefa de humanização das comunidades.”

As associações mutualistas desempenham um papel fundamental na coesão social das comunidades do interior de Portugal. Muitas vezes, são a “alma” de pequenas cidades, vilas e aldeias, onde a proximidade, a entreajuda e a solidariedade se tornam essenciais para garantir qualidade de vida a populações envelhecidas e, por vezes, esquecidas pelas dinâmicas urbanas. Contudo, estas instituições enfrentam múltiplos desafios que condicionam a sua capacidade de resposta e sustentabilidade. Grande parte dos associados destas organizações são pessoas idosas, que valorizam a missão solidária da associação. Contudo, o envelhecimento da população traz riscos de estagnação: o número de associados ativos e capazes de contribuir

financeiramente diminui, e captar jovens para a vida associativa torna-se um desafio.

A fidelização dos atuais associados e a atração de novas gerações são cruciais para manter a representatividade e a força social da instituição.

A gestão de uma associação mutualista no interior exige tanto rigor como numa organização de maior dimensão, mas com muito menos recursos. A profissionalização da gestão é, por vezes, limitada pelo voluntariado ou pela dificuldade em recrutar dirigentes com competências técnicas.

Manter uma organização transparente, com boa governação, prestação de contas e capacidade de resposta às exigências legais e regulatórias é um desafio constante.

As valências mais comuns incluem saúde, lares de idosos, apoio domiciliário, creches, centros de dia ou atividades culturais e recreativas. Contudo, a dispersão geográfica das populações e a baixa densidade demográfica dificultam a rentabilização destes serviços. A procura tende a ser elevada em áreas como cuidados continuados e apoio social, mas os recursos humanos e financeiros são frequentemente insuficientes para assegurar qualidade e inovação. Os colaboradores são o motor destas associações, mas a sua gestão é complexa. Encontrar profissionais qualificados no interior do país não é fácil, e muitas vezes a associação depende de equipas reduzidas que acumulam funções.

“Uma sociedade que esquece o passado, vive um presente que não terá futuro.”

A sobrecarga de trabalho, os baixos salários comparativos e a falta de perspectivas de progressão tornam difícil a retenção de talento. A aposta na formação contínua é essencial, mas nem sempre há meios para a concretizar.

A sustentabilidade financeira é um dos maiores desafios. As receitas provêm essencialmente das quotas dos associados, comparticipações estatais, serviços prestados e alguns apoios pontuais.

Os custos com pessoal, manutenção de instalações e cumprimento das normas legais (segurança, higiene, qualidade) pesam no orçamento.

Garantir sustentabilidade implica

procurar novas formas de financiamento, apostar em parcerias locais, criar projetos, candidatar-se a fundos comunitários e, sempre que possível, inovar nos serviços. Os projetos de inovação social e a colaboração em rede com outras instituições são caminhos promissores para garantir relevância e sustentabilidade.

Apesar das dificuldades, a nossa Associação Mutualista tem sabido reinventar-se. Tem aderido a projetos de proximidade, como bancos de voluntariado, hortas comunitárias, atividades intergeracionais ou programas de literacia digital para seniores e funcionários; são exemplos

de como é possível valorizar a comunidade.

As Associações Mutualistas do Portugal profundo são pilares da solidariedade local, mas enfrentam obstáculos estruturais que colocam em causa a sua continuidade. O futuro destas instituições dependerá da capacidade de envolver novas gerações, profissionalizar a gestão, diversificar fontes de financiamento e apostar em projetos inovadores.

Mais do que nunca, é necessário reconhecer o seu valor enquanto agentes de coesão social e investir no seu fortalecimento, para que possam continuar a servir as comunidades que delas dependem. ■



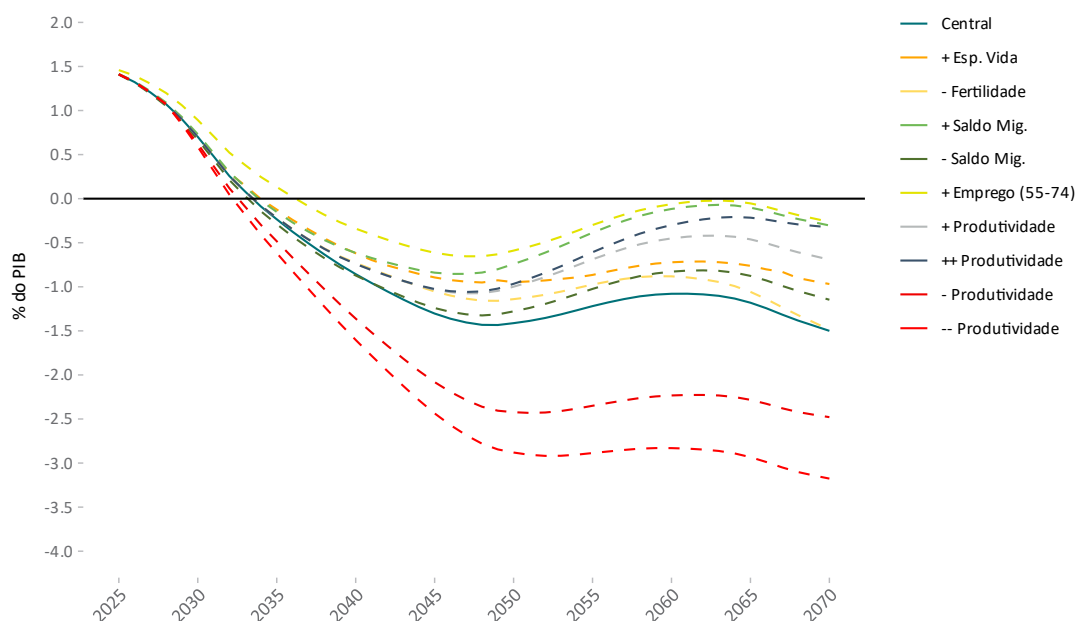
FOTO - VICVAZ | CANVA - GETTY IMAGES



PREVIDÊNCIA E PENSÕES

UM DEBATE COM PISTAS PARA O FUTURO

Numa altura em que a pressão sobre as pensões se agrava num país mais envelhecido e com carreiras contributivas cada vez menos lineares, a UMP auscultou um painel de economistas, responsáveis políticos, dirigentes sindicais e gestores para identificar riscos e, sobretudo, propostas para reforçar a previdência complementar e proteger o rendimento na velhice.



Projeção do Saldo do Sistema Previdencial, 2025-2070, de acordo com o Livro Verde para a Sustentabilidade do Sistema Previdencial. Tomando como referência o 'Cenário Central' projeta-se que, situando-se em 1,41 % do PIB em 2025, o Saldo do Sistema Previdencial passe a negativo em 2034, atingindo os -1,41 % do PIB em 2050. A partir daí, os saldos do Sistema Previdencial irão variar entre -1,1 % e 1,5 % do PIB.

Fonte: GEP-MTSSS.

Entre a revisão do regime fiscal, a necessidade de regras mais simples para planos profissionais e a exigência de escala e confiança nas mutualidades, o painel convergiu numa ideia prática: o pilar complementar pode crescer se houver condições para isso e se a discussão sair do improviso político e entrar num compromisso estável.

Pedro Araújo, editor executivo do Jornal de Notícias, conduziu uma primeira conversa com um tom de utilidade pública, trazendo para o debate alertas recentes sobre despesa e receita e obrigando os oradores a irem além da tese geral. A sessão reuniu Armindo Silva, economista e membro da comissão do Livro Verde para a sustentabilidade da Segurança Social, Jorge Campino, ex-Secretário de Estado da Segurança Social, Sérgio Monte, secretário-geral adjunto da UGT, e João Casteleiro Alves, CEO da tecnológica Latitudde, cruzando leituras técnicas, políticas, sindicais e empresariais sobre o futuro da previdência complementar.

DO PASSADO MUTUALISTA AO FUTURO DA COMPLEMENTARIDADE

Jorge Campino abriu a sessão pela porta da memória e da utilidade. Começou por recordar que as mutualidades não são um adereço histórico, nasceram como resposta organizada quando o Estado era “incipiente” e quando a proteção perante a adversidade dependia da contribuição conjunta. Daí puxou o fio até ao presente: as mutualidades, disse, foram precursoras na lógica de complemento às pensões, e essa vocação volta a fazer sentido quando a própria Lei de Bases da Segurança Social prevê e incentiva a complementaridade, incluindo soluções de base individual mutualista. A mensagem foi clara: se a taxa de substituição tende a diminuir, a complementaridade deixa de ser conversa de especialistas e passa a ser um fator de inclusão e de dignidade para quem chega ao fim da vida ativa com reformas baixas.

Campino não quis disputar o lugar dos economistas na discussão financeira, mas fixou o ponto político e social: grande parte das pensões é baixa, e qualquer resposta séria terá de olhar para a adequação do rendimento na velhice e para o risco de empobrecimento.



Pedro Araújo, editor executivo do Jornal de Notícias.



Jorge Campino, ex-Secretário de Estado da Segurança Social.

O SISTEMA ATUAL DE PENSÕES: A ARQUITETURA EM 4 PILARES

POR ARMINDO SILVA

PILAR DE BASE - Princípio da solidariedade Financiado por impostos
Pensões sociais e rurais, complementos de mínimos, antecipadas

1.º PILAR - Princípio da contributividade Financiado por receitas contributivas (TSU); Modelo de repartição em benefício definido; Sistema previdencial; regime de proteção social convergente

2.º PILAR - Princípio de complementaridade financiado por capitalização; Planos profissionais voluntários, com benefício definido ou contribuição definida; Fundos de pensões ou apólices

3.º PILAR - Princípio de complementaridade financiado por capitalização; Planos individuais voluntários com contribuição definida; Fundos de pensões ou PPR



Armando Silva, economista e membro da comissão do Livro Verde.

“O risco de sustentabilidade é real, mas fala-se muitas vezes de projeções sem explicitar hipóteses, modelos e margens de erro.”

OS QUATRO PILARES E O RETRATO DE UM SISTEMA DESEQUILIBRADO

Quando Armando Silva tomou a palavra, trouxe a “arquitetura” do sistema para o centro do palco. Descreveu quatro pilares: um pilar de base, financiado por impostos e orientado para mitigar pobreza; um pilar contributivo, assente na repartição e financiado por contribuições; e, no complementar, dois níveis, os planos profissionais e os planos individuais, financiados por capitalização. A imagem serviu para mostrar a assimetria do edifício português: na teoria, um sistema misto; na prática, um sistema dominado pelo pilar contributivo, com o complementar a ter um peso residual. Os números que apresentou sublinharam essa desproporção e, ao mesmo tempo, a dimensão do problema de base: chamou a atenção para a existência de um volume muito elevado de complementos associados a pensões que não atingem um mínimo, sinal de que há uma fatia larga de pensionistas para quem o sistema, por si só, não garante um patamar de suficiência. Foi nas comparações internacionais que a realidade ficou mais crua. Armando Silva explicou que, em vários países, os planos profissionais cobrem a maior parte da população ativa, muitas vezes por via de mecanismos obrigatórios ou por adesão generalizada apoiada por enquadramentos fiscais e regulamentares favoráveis. Em Portugal, com um regime voluntário, a cobertura por planos profissionais fica na cauda da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), em torno de uma participação muito baixa, concentrada sobretudo na banca e nos seguros. A crítica à forma como o país usa os produtos individuais também apareceu sem rodeios: os PPR, lembrou, tornaram-se frequentemente instrumentos de

poupança de médio prazo, com resgates facilitados, e, por isso, nem sempre funcionam como poupança efetiva para a reforma, como o nome sugere.

SUSTENTABILIDADE: RISCO, PROJEÇÕES INCERTAS, DECISÕES INEVITÁVEIS

Armando Silva não fugiu à palavra que costuma incendiar discussões. Disse que o risco de sustentabilidade “é real”, mas insistiu que se fala muitas vezes de projeções sem explicitar hipóteses, modelos e margens de erro. No trabalho associado ao Livro Verde, explicou, os cenários apontavam para a entrada em défice do sistema previdencial na segunda metade da década de 2030, com agravamento na segunda metade da década de 2040, num cenário central que pode aproximar o défice anual de 1% do PIB. Admitiu cenários mais negativos, onde a pressão pode ser muito maior, e ligou esse risco a fatores como produtividade, migração, emprego e demografia. A discussão tocou ainda na necessidade de transparência quando se avalia o conjunto do sistema, incluindo o peso do regime da Caixa Geral de Aposentações, tema que Armando Silva referiu a propósito de críticas e recomendações institucionais para não se olhar apenas para um dos compartimentos do modelo.

FISCALIDADE, REGRAS E UM EMPURRÃO DO ESTADO

Armando Silva considerou o regime fiscal associado à poupança para a reforma desatualizado e pouco competitivo, defendendo uma revisão dos incentivos, tanto para indivíduos como para empresas, como condição para alargar a adesão aos regimes complementares. Defendeu também a atualização de legislação antiga sobre regimes profissionais e a criação de modelos pré-definidos que facilitem às empresas a criação

“O maior ativo que as mutualidades podem oferecer é a confiança.”

de planos, evitando que o processo dependa de capacidade técnica e jurídica que muitas não têm. Entre as propostas mais discutidas esteve a ideia de promover hábitos de poupança com mecanismos automáticos, próximos do auto-enrolment (em que os empregadores são legalmente obrigados a inscrever automaticamente os seus trabalhadores elegíveis num plano de pensões para a reforma) usado noutros países, e a possibilidade de consignar uma parcela de IVA para uma conta individual de capitalização, associada a certificados de reforma ou a instrumentos equivalentes. Já na parte final, Armindo Silva deixou duas notas políticas. A primeira, que o regime público de capitalização tem adesão muito reduzida e precisa de ser repensado e dinamizado. A segunda, que não basta haver estímulo “natural” criado pelo medo de reformas mais baixas: é preciso que o Estado assuma o tema, comunique o problema e crie condições estáveis na fiscalidade, na regulação e na confiança pública, para que a poupança para a reforma deixe de ser um privilégio de poucos.

MUTUALIDADES:

CONFIANÇA, PRUDÊNCIA E ESCALA

A oportunidade para o movimento mutualista foi referida várias vezes. Armindo Silva referiu que não há obstáculos legais de fundo à entrada das mutualidades no mercado da poupança complementar, mas alertou que é um mercado exigente em solvência e supervisão, e que a igualdade de garantias, do ponto de vista do cliente, será decisiva. Jorge Campino reforçou esse ponto com um retrato do setor: referiu o

número de associações mutualistas existentes (101) e destacou que uma parte (41) opera em regime de capitalização, mas que apenas um núcleo muito reduzido está abrangido por regimes de solvência mais exigentes, o que torna ainda mais importante uma gestão rigorosa e prudente nas restantes. A frase que resumiu a sua posição foi simples e difícil de contrariar: “o maior ativo que as mutualidades podem oferecer é a confiança”.

Quando o moderador trouxe para a conversa o custo das atualizações extraordinárias e o peso orçamental de decisões sobre pensões, Campino explicou o efeito multiplicador de qualquer aumento num universo com milhões de pensões pagas em catorze meses, distinguindo entre aumentos permanentes e suplementos pontuais. O subtexto era evidente: a política pode anunciar facilmente, mas a despesa fica, e por muito tempo.

A PERSPETIVA SINDICAL:

PACTO DE REGIME

Sérgio Monte, pela UGT, entrou no debate com um pedido que, no fundo, era também um diagnóstico do ambiente político. Defendeu que a Segurança Social devia ser objeto de um pacto de regime, lamentando que o tema se tenha tornado arma de arremesso entre governos e oposições, com reformas de fundo sucessivamente adiadas. Reafirmou a defesa de um modelo público, universal e solidário, mas insistiu que é preciso adaptá-lo às transições em curso, incluindo a digital, chegando a usar um exemplo provocatório para dizer que a economia automatizada também deve contribuir.

Sobre o complementar, reconheceu a importância de o tornar mais atrativo, mas ligou tudo ao que muitos preferem não dizer em voz alta: com salários baixos, a maioria dos trabalhadores chega ao fim do mês sem margem para poupar, e a complementaridade voluntária fica fora do alcance de quem mais dela precisaria. Ainda assim, deixou uma aproximação identitária que a plateia mutualista não ignorou: para ele, “o movimento sindical e o mutualismo são irmãos na origem e na lógica de ajuda recíproca”, e essa afinidade pode ser útil num futuro onde a complementaridade ganhará peso.

“O movimento sindical e o mutualismo são irmãos na origem e na lógica de ajuda recíproca.”



Sérgio Monte, secretário-geral adjunto da UGT.



João Casteleiro Alves, CEO da tecnológica Latitudde.

“Numa organização jovem, com sentido de comunidade e vínculos duradouros, torna-se natural olhar para a fase depois do trabalho como parte do que se promete às pessoas.”

O OLHAR EMPRESARIAL: TALENTO, “SALÁRIO EMOCIONAL” E REFORMA COMO PARTE DO PACOTE

João Casteleiro Alves foi chamado ao painel para dar voz ao lado empresarial do problema. À frente da tecnológica Latitudde, no universo do Grupo RIT, falou a partir da realidade de uma organização com cerca de 550 trabalhadores, onde a competição por pessoas qualificadas não se ganha apenas com salário. Nesse contexto, explicou, as empresas que querem manter talento acabam por construir um pacote mais amplo, com benefícios ligados à saúde, ao bem-estar, ao equilíbrio entre vida e trabalho e a condições que dão estabilidade às equipas. Foi aí que introduziu a expressão “salário emocional”, como forma de descrever este conjunto de respostas que já pesam nas decisões de quem escolhe ficar ou sair. Casteleiro reconheceu que, no topo das empresas, a reforma não é, por norma, uma prioridade imediata, mas defendeu que essa indiferença está a mudar. Quando a longevidade aumenta e as relações de trabalho deixam de ser um ciclo curto, a pergunta sobre o pós-laboral entra mais cedo do que se pensa na vida de uma empresa, não por altruísmo, mas por responsabilidade e por estratégia. “Numa organização jovem, com sentido de comunidade e vínculos duradouros”, disse, “torna-se natural olhar para a fase depois do trabalho como parte do que se promete às pessoas.” Foi neste ponto que ligou a sua experiência ao tema central da conferência, revelando que a

empresa está a trabalhar com a União das Mutualidades Portuguesas para estudar e construir uma solução mutualista de proteção social em regime de capitalização, com o objetivo de abranger os trabalhadores e de demonstrar que o complementar pode ser organizado de forma solidária e credível, a partir do local onde a vida contributiva acontece, nas empresas.

UM CONSENSO DIFÍCIL DE IGNORAR

Entre as divergências sobre modelos, leituras de sustentabilidade e responsabilidades, formou-se um consenso mínimo, mas robusto. A taxa de substituição tende a descer, a adequação das pensões vai ficar mais pressionada, e o pilar complementar continuará irrelevante enquanto for fiscalmente pouco atrativo, regulamentarmente pouco claro e socialmente inacessível para a maioria. Para as mutualidades, a oportunidade existe, mas vem com condições: ganhar escala, reforçar capacidade técnica, cumprir exigências de supervisão e proteger acima de tudo a confiança que reclamam como património. Para o Estado, ficou o desafio de comunicar de forma clara, criar incentivos estáveis e tratar a reforma das pensões como política pública de longo prazo, e não como argumento de campanha. E para empresas e sindicatos, a conversa abriu uma via prática: a complementaridade pode nascer onde existe negociação, pertença e compromisso, desde que não seja mais uma promessa feita para quem já consegue poupar.

“Para as empresas de topo, a reforma não é, por norma, uma prioridade imediata, mas essa indiferença está a mudar.”



António Bagão Félix,
Ex-Ministro das Finanças.

António Bagão Félix acrescentou ao debate uma leitura pragmática e pouco dada a alarmismos: o sistema público mantém-se, mas a taxa de substituição tenderá a baixar, abrindo espaço para a complementaridade mutualista se esta assentar em poupança, proximidade e regras estáveis.

Num outro momento e num outro palco, António Bagão Félix foi repetindo que o sistema público de pensões não desaparece, mas que, “por razões essencialmente demográficas”, e também por alterações sucessivas nos parâmetros de cálculo, “a taxa de substituição da primeira pensão face ao último salário vai ser francamente menor”. E foi a partir dessa constatação que abriu, sem dramatismos, o espaço para a complementaridade: “aqui logo se vê um campo enormíssimo de complementaridade”, desde que seja desenhada com seriedade e orientada para as necessidades que já estão a chegar. A certa altura, foi deliberadamente “bruto”, como ele próprio avisou, para separar o que é discussão ideológica do que é matemática: “Isto não é ideologia, é pura aritmética.” Nesse registo, recusou a tentação de fazer o “obituário da Segurança Social pública” e lembrou um dado que, para ele, obriga a mudar o tom do debate. Portugal tem “um fundo de estabilização, um fundo de reserva, que anda por volta dos 30 mil milhões de euros” e que “cobre praticamente já dois anos de pensões”. Não é, disse, um convite à complacência, porque o agravamento

demográfico empurrará o sistema para a utilização dessa almofada nas décadas seguintes, mas é suficiente para afastar alarmes fáceis e obrigar a uma conversa mais adulta. Essa conversa, defendeu, pede uma “nova moldura do contrato social”, que “preserve o seu alicerce público”, mas não alimente uma “visão maniqueísta em que o Estado e a iniciativa privada e a iniciativa social se oponham”. “Uma sociedade harmoniosa exige partilha de responsabilidades”, insistiu, e é aí que colocou o mutualismo no mapa, não por imitação das grandes instituições financeiras, mas por vantagem própria. Se o mercado é feito de escala, fundos e concorrência agressiva, as mutualidades ganham quando se encostam ao que “o Estado e as grandes instituições financeiras” não têm: “os valores da proximidade e os valores da capilaridade”. Daí ter recuperado o princípio da subsidiariedade e a frase que repetiu como lema: “Nada para nós sem nós.” A partir desse quadro, juntou dois avisos práticos. Um é cultural e económico: “Deixou-se de poupar”, o país vive preso ao “*short-termismo*” e precisa de “fortalecer a pedagogia da poupança”, o velho “pé de meia”, passando “de um Estado providencialista, de prover, para uma sociedade providencialista, de prevenir”. O outro é político e fiscal: a poupança é “a grande enjeitada da economia” e a tributação não ajuda, porque a taxa liberatória “era de 20%” e “agora está em 28% para toda a gente”, sem distinguir “a pequena, a média e a grande poupança”. No fecho, deixou um alerta sobre o ruído que se pode fabricar: misturar o sistema providencial com o défice da Caixa Geral de Aposentações “não faz sentido nenhum” e pode originar erros, como discutir aumentos da TSU, quando “a taxa social única é um imposto sobre o emprego”. ■



Joaquim Teixeira, Presidente do Conselho de Administração da Associação Mutualista da NORS, nas instalações do Museu Auto Sueco, em Vila Nova de Gaia.

AS MUTUALIDADES NAS EMPRESAS

O CASO DA ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA DA NORS

Num contexto em que o papel das empresas na proteção social dos trabalhadores é cada vez mais valorizado, a Associação Mutualista da NORS constitui um exemplo de como a lógica mutualista pode ser integrada num grupo empresarial. A partir do testemunho de Joaquim Teixeira, presidente do Conselho de Administração, analisam-se os contornos desta experiência e as suas implicações para o debate sobre mutualidades nas empresas.

As mutualidades, enquanto instituições da economia social, constituem historicamente formas de organização solidária dos trabalhadores para fazer face a riscos sociais que o Estado ou o mercado não cobriam de forma suficiente. Em Portugal, este modelo assume hoje um lugar híbrido: por um lado, mantém a matriz de ajuda recíproca; por outro, é chamado a articular-se com sistemas públicos de segurança social e com uma crescente oferta privada de seguros.

A introdução de estruturas mutualistas em contexto empresarial coloca, assim, questões relevantes do ponto de vista

teórico e prático: até que ponto podem as empresas ser espaços de produção de proteção social? De que maneira é que a mutualidade, nascida de lógicas associativas de base, se reconfigura quando é promovida a partir de um grupo empresarial? E que efeitos concretos produz sobre o bem-estar, a estabilidade e o sentimento de pertença dos trabalhadores?

A Associação Mutualista da NORS é um exemplo de integração da lógica mutualista num grupo empresarial. A partir do testemunho de Joaquim Teixeira, presidente do conselho de administração e colaborador do

grupo desde 1987, percebe-se como um simples fundo social, assente na confiança e na proximidade, evolui para uma associação juridicamente reconhecida, com regras próprias e uma função clara de proteção social interna. Na origem está um fundo social criado na então Auto-Sueco e gerido pela Direção de Recursos Humanos para responder a situações difíceis e despesas de saúde, incluindo pedidos de empréstimo de colaboradores. A prática era marcada pela intenção de apoiar sem contrapartidas económicas. Como recorda Joaquim Teixeira, “nunca cobrávamos juros; era

Joaquim Teixeira no Museu Auto Sueco, junto às taças conquistadas pela sua equipa de futsal da empresa e ao seu antigo registo de ponto, exposto ainda na máquina original de assiduidade.



só mesmo para ajudar". Com o tempo, o crescimento do volume de apoios e o maior escrutínio fiscal tornaram esta solução difícil de sustentar. A decisão foi transformar o fundo numa associação mutualista interna, constituída em 2002, inicialmente com a designação Associação Mutualista da Auto-Sueco e, mais tarde, Associação Mutualista da NORS, alinhando a identidade da associação com o rebranding do grupo.

A associação assenta numa dupla base contributiva: as empresas do grupo que aderem contribuem através de donativos regulares e os trabalhadores pagam uma quota simbólica que lhes confere o estatuto de associados. Nas palavras de Joaquim Teixeira, "os associados são apenas os colaboradores do grupo, mas abrimos os benefícios aos filhos e aos cônjuges, que são também beneficiários".

O trabalhador é o beneficiário principal, o cônjuge tem direito a uma percentagem reduzida e os filhos acompanham, em regra, a condição do progenitor. No plano das prestações, a associação funciona como complemento ao Serviço Nacional de Saúde e ao seguro de saúde do grupo, participando consultas, exames, internamentos, medicamentos participados

**TAL COMO A VOLVO ABRIU
O CINTO DE SEGURANÇA DE
TRÊS PONTOS A TODA
A INDÚSTRIA, POR ENTENDER
QUE SALVAR VIDAS ESTAVA
ACIMA DO LUCRO DA
PATENTE, TAMBÉM AQUI
A PROTEÇÃO DAS PESSOAS
É COLOCADA À FRENTE
DO GANHO IMEDIATO.**

e áreas como ótica e medicina dentária. Como sublinha o presidente, "óculos e dentista são coisas que normalmente fazem disparar o prémio do seguro; aqui não, aqui a associação comparticipa". Esta proteção tem uma expressão material, mas também um efeito simbólico na relação dos trabalhadores com a empresa. Em termos materiais, a previsibilidade do apoio é central: "as pessoas gostam disto porque se sentem protegidas em termos financeiros; fazemos o pagamento duas vezes por mês, a 15 e a 30, e elas contam com esse apoio", explica Joaquim Teixeira. Em termos simbólicos, a associação converte-se num fator de estabilidade e de fidelização. Quando uma das empresas do grupo foi vendida, houve trabalhadores que identificaram a perda da associação como uma das consequências mais difíceis da saída do universo NORS. Daí que o presidente reconheça que "mesmo sendo um esforço pesado para a empresa, é uma coisa que se deve manter, porque prende os bons profissionais; dá uma regalia que raramente as outras têm".

Numa empresa onde muitos colaboradores fazem carreira de décadas, a associação mutualista contribui para que o vínculo não seja apenas individual, mas familiar. Joaquim Teixeira nota que "há muitos casos em que os filhos de antigos colaboradores acabam por vir trabalhar para o grupo" e que isso não acontece por acaso: cresceram a ver os pais tratados com respeito, com estabilidade e com uma rede de proteção que incluía a família nas alturas difíceis, em que a empresa deixa de ser apenas um local de trabalho e passa a ser uma possibilidade de futuro para a geração seguinte.

A opção por manter uma estrutura deste tipo aproxima-se de outras escolhas éticas feitas na indústria automóvel, como a decisão da Volvo de registar o cinto de segurança de três pontos mas permitir que qualquer fabricante o utilizasse sem pagar licenças, por considerar que salvar vidas estava acima do lucro da patente; do mesmo modo, ao financiar uma associação mutualista que não produz dividendos financeiros diretos, o grupo investe num retorno que se mede em confiança acumulada, continuidade de pessoas e reconhecimento intergeracional. ➔



Se o texto anterior descreve a Associação Mutualista da NORS a partir do seu funcionamento quotidiano (quem abrange, como se financia, que papel tem na relação entre trabalhadores e empresa), as páginas seguintes deslocam o olhar para o plano jurídico e procedimental que torna possível a existência de uma estrutura deste tipo.

O “Guia prático para constituir uma Associação Mutualista” sistematiza o que, no caso da NORS, aparece já resolvido: a definição de uma associação mutualista como pessoa coletiva de direito privado, integrada na economia social, com fins de auxílio recíproco; a exigência de registo na Direção-Geral da Segurança Social como condição para cobrar quotas e conceder benefícios; o estatuto automático de utilidade pública e as consequências fiscais que daí decorrem. A partir daí, o guia organiza o processo em etapas encadeadas: constituição de uma comissão de fundadores em número legalmente suficiente; elaboração dos estatutos e do regulamento de benefícios, tratados como “peças técnicas” que têm de explicitar regras de admissão,

modalidades de proteção e critérios de sustentabilidade; obtenção do parecer prévio da DGSS, com estudo económico-financeiro ou atuarial; assembleia constitutiva; escritura pública; pedido de NIPC e NISS; e, finalmente, registo definitivo, sem o qual a associação não pode iniciar a sua atividade nem exercer plenamente os direitos associados à utilidade pública. Ao seguir esta sequência, o leitor deixa de ver a Associação Mutualista da NORS apenas como um caso bem conseguido e passa a dispor de um quadro claro sobre o que seria necessário, noutra empresa ou coletividade de trabalhadores, para criar uma associação mutualista com bases legais sólidas e capacidade de funcionar de forma contínua.

GUIA PRÁTICO

COMO CONSTITUIR UMA ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA

5 MOMENTOS CHAVE

PREPARAÇÃO

Fundadores (no mínimo 18) · Estatutos e Regulamento de Benefícios · Estudo de sustentabilidade por modalidade de benefícios · Parecer da DGSS

APROVAÇÕES

Certificado de Admissibilidade · Garantir denominação única

CONSTITUIÇÃO

Assembleia-Geral · Escritura Pública (Notário) · NIPC/NISS

REGISTO DGSS

Registo Definitivo · Documentação completa · Quotas e Benefícios

OPERACIONALIZAÇÃO

Isenções · Obrigações Correntes · Governança e Boas Práticas

BENEFÍCIOS & ISENÇÕES

Uso da menção de utilidade pública

Isenções fiscais: selo, IMI/IMT, IRC, custas

Tarifas reduzidas: energia, transportes, direitos de autor

Isenção de taxas de publicação de avisos

Acordos de cooperação e parcerias

Outros direitos previstos por lei

O QUE É ?

Uma Associação Mutualista é uma pessoa coletiva de direito privado, de natureza associativa, com fins de auxílio recíproco através da entreajuda e da quotização, visando proteção social e desenvolvimento humano. As mutualidades integram a economia social e têm o estatuto de IPSS.

UTILIDADE PÚBLICA

As associações mutualistas adquirem o estatuto de utilidade pública automaticamente por força de lei, sem procedimento administrativo de reconhecimento, por integrarem o Anexo I da Lei-Quadro do Estatuto de Utilidade Pública.

OBRIGAÇÕES GENÉRICAS & BOAS PRÁTICAS

Informar associados sobre quotas & benefícios (transparência), e planear AG ordinárias (ação, relatórios, contas, eleições)

Realizar eleições regulares e respeitar princípios mutualistas (liberdade, democraticidade, igualdade, solidariedade e reciprocidade)

Elaborar balanços técnicos anuais e enviar à DGSS

Registar alterações de estatutos/regulamentos e atos eleitorais na DGSS

Manter livros de atas e ficheiro de associados atualizados

EFEITOS PRÁTICOS

O registo obrigatório na (DGSS) é condição para cobrar quotas e conceder benefícios aos Associados.



Consulte o "Guia prático para constituir uma associação mutualista" em formato digital, através da leitura deste código QR.

SAÚDE MUTUALISTA EM PORTUGAL

O RETRATO DAS ASSOCIAÇÕES FILIADAS NA UMP

Em 2025, as clínicas das mutualidades do universo associativo da União das Mutualidades

Portuguesas (UMP) realizaram mais de 903 000 atos clínicos e de cuidados de saúde — incluindo consultas médicas, serviços de enfermagem e outros cuidados especializados — e as farmácias sociais contabilizaram mais de 469 000 atendimentos. No total, isto representa mais de 1,3 milhões de interações com utentes no âmbito da saúde, evidenciando a amplitude do papel do mutualismo na resposta às necessidades de saúde dos associados e da população portuguesa. Acresce que estes números foram apurados através do inquérito anual que a UMP realiza junto das suas associadas, ao qual responderam 76,4 por cento das filiadas, pelo que, na realidade, pecarão por defeito. A intervenção das mutualidades na área da saúde lê-se melhor quando se junta história e política pública. Estas associações não nasceram como prestadores de cuidados no sentido contemporâneo do termo, mas como estruturas de entajuda que foram construindo respostas quando e onde o acesso era limitado, caro ou simplesmente inexistente. Hoje, quando se fala de mutualismo e saúde, fala-se de um terreno híbrido. Há mutualidades com prestação direta através de clínicas próprias, outras que organizam respostas por via de acordos e parcerias, e outras ainda cuja intervenção em saúde se faz por mecanismos indiretos, incluindo participações nas despesas

médicas e medicamentosas. Esta diversidade resulta de trajetórias distintas, de capacidades financeiras diferentes e, sobretudo, da relação concreta que cada instituição mantém com a sua comunidade e com o território onde atua. É neste enquadramento que os dados do movimento mutualista, sistematizados pela UMP, ganham verdadeiro significado, dando origem a um retrato consistente de diferentes formas de intervenção, comparáveis entre si, com escala efetiva e níveis diversos de intensidade assistencial. O essencial, nesta leitura, passa por reconhecer a capacidade já instalada no terreno e perceber que cuidados estão, de facto, a ser assegurados às populações. Mas também o potencial que representa e tem sido descurado, no quadro das políticas públicas de saúde muito pressionadas por uma elevada procura, em resultado do envelhecimento da população e do acréscimo de utentes imigrantes, consistente de diferentes formas de intervenção, comparáveis entre si, com escala efetiva e níveis diversos de intensidade assistencial. O essencial, nesta leitura, passa por reconhecer a capacidade já instalada no terreno e perceber que cuidados estão, de facto, a ser assegurados às populações.

INFRAESTRUTURA E PERFIL ASSISTENCIAL

As mutualidades UMP possuem 37 estabelecimentos próprios de prestação de cuidados de saúde, de diferentes dimensões, e oito farmácias sociais. Estão distribuídas por todo o país, embora com uma presença mais significativa na Região Norte, e particularmente no Porto, que concentra cerca de um

903.422

Atos Clínicos

469.336

**N.º de atendimentos
pelas Farmácias Sociais**

37

**Estabelecimentos
de saúde**

8

**Farmácias
sociais**

1

**Unidade móvel
de saúde**

1

Parafarmácia



terço da capacidade instalada. O que este mapa diz, de forma simples é que o mutualismo não é apenas “intermediação” de cuidados. Há infraestrutura, investimento, organização interna e, em vários casos, escala suficiente para suportar maior procura. Ao mesmo tempo, a lógica dominante continua a ser a de rede de proximidade: muitas unidades estão desenhadas para servir comunidades concretas, com um padrão de utilização regular e cumulativa, mais próximo do acompanhamento do que do consumo pontual de serviços. Os associados - e, em muitos casos, os seus familiares diretos - destas instituições beneficiam de cuidados de saúde de qualidade, sem listas de espera e a custos bem inferiores ao mercado do setor privado lucrativo. O número total de subscrições de modalidades mutualistas na área de saúde supera as 250 mil, embora, em várias associações, os subscritores (e familiares) de outras modalidades tenham também o benefício de utilizarem os serviços de saúde da respetiva instituição. As portas das clínicas mutualistas estão, na maioria dos casos, abertas

a toda a comunidade, embora com tabelas de preços diferentes dos associados mutualistas, e disponibilizam, regra geral, um vasto leque de especialidades, para além da Medicina Geral e Familiar, e serviços de saúde especializados.

FARMÁCIAS SOCIAIS

No universo UMP, funcionam oito farmácias sociais. Três no Norte, outras tantas na Região Centro e duas no Algarve. São responsáveis

por mais de 469.336 atendimentos por ano. Por força da legislação, estes estabelecimentos estão abertos exclusivamente aos associados da associação mutualista detentora do alvará e dispensam medicamentos localmente e, em certos casos, ao domicílio. E a preços mais acessíveis..., o que se revela vantajoso para os utentes economicamente mais vulneráveis, contribuindo assim para a redução da interrupção de terapêuticas por dificuldade económica, sobretudo em contextos de doença crónica e polimedicação.



Farmácia do Montepio da ASM Protectora dos Artistas de Faro; Liga das Associações Mutualistas do Porto

SAÚDE MUTUALISTA EM NÚMEROS

(Volume da atividade em 2024, n.º de atos)

374.026

**Especialidades
Médicas**

306.487

Fisioterapia

39.890

Enfermagem

61.827

Análises Clínicas



“TORNA-SE IMPRESCINDÍVEL QUE O GOVERNO TOME MEDIDAS LEGISLATIVAS URGENTES PARA SOLUCIONAR A QUESTÃO DAS FARMÁCIAS SOCIAIS.”

IASMECL - Clínica de São Cristóvão, em Lisboa.

COOPERAÇÃO ASSINADA MAS POR CONCRETIZAR

A UMP tem insistido na implementação do compromisso de cooperação entre o Governo e o setor social e solidário, precisamente porque há dossiês estruturais que continuam a não sair do papel. Um dos mais relevantes é o da celebração de novas convenções de especialidades médicas e dos acordos para prescrição e realização de meios complementares de diagnóstico e terapêutica. Luís Alberto Silva, presidente da UMP, coloca a questão em termos de sistema e de urgência regulatória: “As Associações Mutualistas são um pilar fundamental no suporte e apoio às populações, assumindo-se como um parceiro de excelência do Sistema Nacional de Saúde (SNS) na prossecução do direito dos indivíduos no acesso à Saúde.” A mesma lógica aparece no dossier das farmácias sociais, onde a UMP pede uma clarificação legislativa que termine com anos de incerteza

e litigância entre as associações mutualistas e o Infarmed para a abertura de novos estabelecimentos. Luís Alberto Silva é explícito quanto ao impacto da indefinição: “Torna-se imprescindível que o Governo tome medidas legislativas urgentes para solucionar a questão das farmácias sociais”, lembrando que existem “processos judiciais que se arrastam há mais de 15 anos” e que esta situação “representa custos elevados para as Associações Mutualistas, colocando em risco a sua sustentabilidade económico-financeira”. E sublinha o que deveria bastar para fechar a discussão: “A maioria desses associados são pessoas que enfrentam dificuldades económicas substanciais”, o que torna a solução não apenas desejável, mas eticamente incontornável. É neste ponto que o retrato ganha densidade política. Não faz sentido manter o SNS sob enorme pressão e, ao mesmo tempo, tratar como periférica uma capacidade instalada que existe,

funciona e tem procura. Quando o país discute listas de espera, falta de resposta em reabilitação, dificuldade em garantir continuidade terapêutica e congestionamento de cuidados primários, é difícil compreender que instrumentos de cooperação acordados e plasmados em documentos oficiais continuem por concretizar, sobretudo quando a própria lógica do Estado social depende cada vez mais de parcerias qualificadas. O movimento mutualista não resolve tudo e não substitui o SNS. Mas é um parceiro que pode fazer diferença onde o sistema público é mais pressionado. As mutualidades têm escala real em saúde. Têm um perfil assistencial fortemente alinhado com as necessidades de envelhecimento, dependência e continuidade de cuidados. E têm dimensões sociais que são decisivas para a equidade. O passo seguinte é traduzir a cooperação em instrumentos efetivos, com convenções, regras e segurança jurídica, para que a capacidade instalada deixe de ser um potencial subaproveitado e passe a ser parte organizada da resposta do país. ■

DIA NACIONAL DO MUTUALISMO

MUTUALISMO NO CORAÇÃO DA PREVIDÊNCIA DO FUTURO

Com raízes que recuam à Confraria de Fungalvaz (Torres Novas, maio de 1176), o Dia Nacional do Mutualismo é, todos os anos, o grande momento de afirmação pública do movimento mutualista. Em 2025, a celebração realizou-se a 30 de maio, no Hotel Solverde, em Vila Nova de Gaia, assinalando 849 anos sob o lema “Mutualismo no coração da previdência do futuro” e reunindo dirigentes mutualistas, parceiros e especialistas.

Na sessão de abertura, o presidente da UMP, Luís Alberto Silva, sublinhou que o mutualismo tem de estar “na mesa” onde se decide o futuro da proteção social. O programa destacou a conversa “Os unicórnios sociais da cidade do futuro”, moderada por Daniel Catalão, com Luís Marques Mendes, conferência sobre o pilar complementar das pensões, a assinatura de um protocolo com a Fundação Inatel, a entrega dos Prémios Mutualistas 2025 e momentos musicais protagonizados por Henk van Twillert & Vento Norte.



Luís Marques Mendes a responder aos jornalistas durante o evento comemorativo do Dia Nacional do Mutualismo.

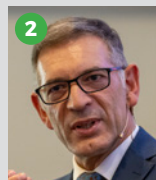
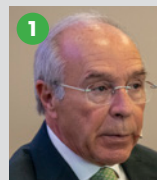


Acima, da esquerda para a direita: José Manuel da Costa Soares, Luís Pais Antunes, Luís Marques Mendes, Luís Alberto Silva e Jorge Campino. Abaixo, o público acompanha o evento.



PAINEL

OS UNICÓRNIOS SOCIAIS DA CIDADE DO FUTURO

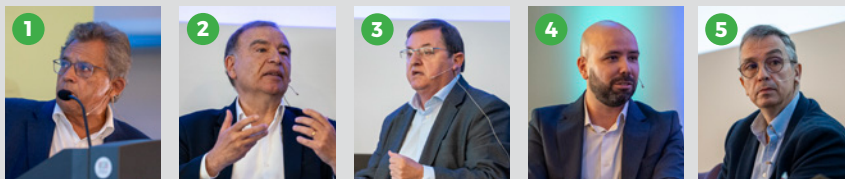


- 1 **Luís Marques Mendes**, comentador político e candidato às eleições presidenciais, defendeu uma cooperação mais profunda entre o Estado, as mutualidades e o setor social, sublinhando que a relevância do movimento mutualista “é inquestionável” e que estas instituições “provaram no passado, continuam a provar no presente e continuarão a provar no futuro a sua importância, prestando um serviço inestimável aos portugueses”.
- 2 A conversa foi moderada pelo jornalista da RTP **Daniel Catalão**, que conduziu o debate em torno da previdência, longevidade, inclusão e solidariedade.



PAINEL

MUTUALISMO: O PILAR COMPLEMENTAR DAS PENSÕES DE QUE PORTUGAL PRECISA



- 1 **Armindo Silva** (economista, ex-diretor da Comissão Europeia e coautor do Livro Verde da Sustentabilidade da Segurança Social) defendeu um regime fiscal mais atrativo em IRS e IRC para as contribuições de reforma, propondo rever a lei de 1989, criar planos profissionais com inscrição semiautomática e consignar um ponto do IVA a certificados de reforma.
- 2 **Jorge Campino** (ex-Secretário de Estado) lembrou que, das mutualidades em capitalização, poucas estão sob solvência da ASF e apelou a uma gestão de rigor e prudência, sublinhando que a confiança é o maior ativo perante um mercado cada vez mais exigente.
- 3 **Sérgio Monte** (Secretário-Geral Adjunto da UGT) pediu um pacto de regime para a sustentabilidade da Segurança Social, criticando a lógica de “arma de arremesso” entre governos e oposições, que adia reformas e mina consensos.
- 4 **João Casteleiro Alves** (CEO da Latitudde/Grupo RIT) defendeu que as empresas devem assumir responsabilidade ativa na poupança para a reforma, aliviando o pilar público e protegendo trabalhadores, e revelou estar a colaborar com a UMP na criação de uma mutualidade para 550 colaboradores.
- 5 A moderação coube a **Pedro Araújo**, editor do Jornal de Notícias.

(A) Transição da Chama Mutualista da ASM de Serzedo para a ASM Setubalense; (B) exposição 'Rostos Mutualistas, Pontes Intergeracionais'; (C) stand de um dos diferentes parceiros presentes; (D) Atuação de Henk van Twillert & Vento Norte. (E) assinatura do protocolo com a Fundação INATEL; (F) vista principal do público.



Assinatura do Compromisso de Cooperação para o Setor Social e Solidário, para o biênio 2025/2026.

Em 2025, a UMP voltou a convocar o movimento mutualista para discutir sustentabilidade, cooperação com o Estado e adequação das respostas sociais às novas dinâmicas demográficas e económicas, afirmando o seu papel no contexto da Economia Social.

25 DE JANEIRO

VII REUNIÃO ANUAL DE PRESIDENTES MUTUALISTAS

Ílhavo

A VII Reunião Anual de Presidentes Mutualistas teve como destaque a cooperação institucional e a necessidade de modernizar respostas sociais e de previdência. Na abertura, a secretária de Estado da Ação Social e Inclusão, Clara Marques Mendes, afirmou que o Governo “não pode, nem tem ignorado as mutualidades”, reconhecendo-as como parceiras do Estado e apontando o trabalho feito no apuramento do custo efetivo das respostas sociais.

O encontro contou também com a intervenção de Bagão Félix, que alertou para a pressão futura sobre o sistema público de pensões e desafiou o mutualismo a reposicionar ofertas menos centradas na morte e mais

orientadas para velhice, dependência e desemprego de longa duração, convocando o setor a inovar com escala, confiança e proximidade.

7 DE FEVEREIRO

REVISÃO DO CONTRATO COLETIVO DE TRABALHO

Esmoriz

A UMP, a FNE e mais 15 sindicatos filiados na UGT assinaram a revisão do Contrato Coletivo de Trabalho (CCT) das Mutualidades para 2025, centrada na atualização das tabelas remuneratórias, assinalando também cinco anos do primeiro CCT do setor. O Presidente da UMP, Luís Alberto Silva, considerou o acordo um exercício de “equilíbrio e realismo”, sublinhando a paz social alcançada e defendendo um instrumento único de regulamentação coletiva para todo o setor social e solidário.

18 DE MARÇO

COMPROMISSO DE COOPERAÇÃO

Lisboa

O Governo e as estruturas representativas das mutualidades, misericórdias, IPSS e cooperativas assinaram o Compromisso de Cooperação 2025/2026, considerado histórico por, pela primeira vez, assentar

nos custos efetivos das respostas sociais para atualizar as comparticipações. O primeiro-ministro Luís Montenegro apresentou-o como garantia de previsibilidade e justiça e como base de uma futura Lei de Financiamento do Setor Social.

18 DE MARÇO

CONFERÊNCIA SOBRE PROTEÇÃO SOCIAL

Freamunde

A UMP promoveu em Freamunde a conferência “Desafios e Soluções para a Proteção Social do Futuro”, em parceria com a Associação de Socorros Mútuos Freamundense, integrada nas comemorações dos seus 134 anos. Na abertura, Clara Marques Mendes afirmou que o Compromisso de Cooperação 2025-2026 será a base da futura Lei de Financiamento do Setor Social, sublinhando a viragem trazida pelo apuramento dos custos efetivos. António Fonseca, investigador da Universidade Católica Portuguesa e consultor da Fundação Calouste Gulbenkian na área do envelhecimento, defendeu que SAD, centros de dia e ERPIs se devem ajustar às expectativas dos idosos. Catarina Marcelino, antropóloga e ex-vice-presidente do Instituto da Segurança Social, destacou desafios na infância — creche,

interculturalidade e horários flexíveis – num quadro de universalização e pressão demográfica. Já o município, pela voz do então Vice-Presidente da Câmara Municipal de Paços de Ferreira, Paulo Ferreira, reforçou o papel local e o investimento em novas respostas.

26-28 DE JUNHO

JORNADAS MUTUALISTAS NACIONAIS

Rio Meão

As Jornadas Mutualistas Nacionais reuniram dirigentes, técnicos e colaboradores em 20 horas de formação centradas em mutualismo, comunicação institucional e inovação social. Combinando exposições teóricas e oficinas práticas, os participantes trabalharam em subgrupos para desenhar projetos-piloto em três linhas: saúde mental de pessoas imigrantes, combate ao isolamento na terceira idade e uma nova modalidade associativa na previdência social, apresentados depois em plenário. A formação foi assegurada por Paulo Teixeira (advogado da UMP, mestre em Gestão e Regime Jurídico-Empresarial da Economia Social), Ana Miguel Soares (mestre em Marketing, consultora na Cidade Social e diretora criativa da Mogami Agency) e Florindo Ramos (psicólogo, diretor executivo do Centro de Inovação Social / i9 Social, e especialista em avaliação de impacto).

25 DE OUTUBRO

XIV ENCONTRO NACIONAL DE DIRIGENTES MUTUALISTAS

Coimbra

O XIV Encontro Nacional de Dirigentes Mutualistas, realizado na Casa da Mutualidade, em Coimbra, reuniu mutualidades de todo o país com uma mensagem central: o futuro do setor passa por trabalho em rede, partilha de conhecimento e cooperação. Na abertura, Luís Alberto Silva enquadrou o encontro como resposta a desafios como envelhecimento, desigualdades no acesso à saúde, pressão sobre a proteção social e



XIV Encontro Nacional de Dirigentes Mutualistas, realizado na Casa da Mutualidade, em Coimbra.

aumento do isolamento, defendendo um mutualismo mais proativo e capaz de assumir protagonismo. No painel “Mutualidades em Ação”, foram apresentados exemplos de inovação no terreno: Alexandre Lopes (ASM São Mamede de Infesta) descreveu a reorientação estratégica da Climutua, projetando uma unidade de reabilitação e o crescimento da atividade; Armanda Pereira (ASM Freamundense) partilhou a recuperação financeira, a expansão da creche e a modernização de infraestruturas

com apoio do PRR; Luís Miranda (A Mutualidade de Santa Maria) destacou a formação profissional e a inclusão de imigrantes, apontando novas respostas para idosos e serviços digitais; e Nelson Silva (Mutualista da Covilhã) apresentou projetos em prevenção, habitação e regimes complementares, defendendo inovação sem receios. No encerramento, Luís Cristina de Barros sintetizou que o mutualismo cresce quando decide fazer, investir e inovar, garantindo o apoio da UMP às suas associadas. ■



Jornadas Mutualistas Nacionais, em Rio Meão.



Luís Alberto Silva, Presidente do Conselho de Administração da União das Mutualidades Portuguesas, com Roxana Mînzatu, Vice-Presidente Executiva da Comissão Europeia para os Direitos Sociais e Competências, no Fórum Social do Porto 2025.

FÓRUM SOCIAL DO PORTO 2025

**CONSTRUINDO O FUTURO
DO TRABALHO NA EUROPA!**



| Super Bock Arena - Pavilhão Rosa Mota.

A cidade do Porto acolheu, a 18 e 19 de setembro de 2025, o Fórum Social Europeu, realizado na Super Bock Arena, centrado no tema do emprego de qualidade numa Europa social competitiva e reunindo delegações de instituições europeias, parlamentos, parceiros sociais e organizações da sociedade civil. Em debate estiveram questões estruturantes da agenda

social europeia, da valorização do trabalho à proteção social, passando pela conciliação entre vida profissional e familiar, pela mobilidade laboral e pelo combate à pobreza. Entre os principais intervenientes destacou-se Roxana Mînzatu, Vice-Presidente Executiva da Comissão Europeia para os Direitos Sociais e Competências, que sublinhou a

necessidade de reforçar o Pilar Europeu dos Direitos Sociais e de articular competitividade económica, coesão social e qualificação ao longo da vida. À margem do Fórum, a União das Mutualidades Portuguesas (UMP) reuniu com Roxana Mînzatu, abrindo uma via de diálogo estruturado em Bruxelas sobre os dossiês do mutualismo e da economia social.

À esquerda, Roxana Mînzatu, Vice-Presidente Executiva da Comissão Europeia para os Direitos Sociais e Competências, intervém no painel do Fórum Social Europeu 2025, na Superbock Arena, no Porto. À direita, Luís Alberto Silva, Presidente do Conselho de Administração da União das Mutualidades Portuguesas, com a ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social de Portugal, Rosário Palma Ramalho.



“A EUROPA É O ESPAÇO ONDE AS MUTUALIDADES E AS EMPRESAS SOCIAIS PODEM FLORESCEM.”

Questionada sobre a relação entre competitividade económica e direitos sociais, Roxana Mînzatu começa por lembrar que o ponto de partida é a própria identidade europeia: «A Europa tem de se lembrar sempre de quem é. A Europa é um espaço para onde as pessoas querem mudar-se, viver e trabalhar, porque tem um modelo social muito forte, com direitos sociais robustos. A sua competitividade depende, por isso, do bem-estar dos trabalhadores, de boas condições de trabalho, de salários adequados, de um bom equilíbrio entre vida profissional e vida pessoal. Sem isso, os trabalhadores não escolherão os empregos de que as indústrias e os setores da economia precisam para serem competitivos. Foi também isso que sublinhei perante o nosso público, os ministros e os convidados aqui no Porto: a competitividade europeia não pode ser alcançada sem direitos sociais

fortes. Temos carências evidentes em setores onde as pessoas optam por não trabalhar por causa das condições de trabalho. Tudo isto está claramente interligado. E, se o compreendermos em conjunto, com os parceiros sociais e com os Estados-Membros, poderemos construir políticas que apoiem, em simultâneo, as empresas e os trabalhadores.»

Quando lhe pedimos uma mensagem dirigida em particular às lideranças e aos membros das mutualidades portuguesas, Mînzatu amplia a reflexão, interrogando o próprio modelo de organização económica e das relações de trabalho:

«Penso que precisamos de modelos justos e dignos na nossa sociedade, de modelos de negócio que vão da economia social às mutualidades. As pessoas procuram democracia no local de trabalho, justiça na distribuição dos lucros. Vemo-lo

nos resultados eleitorais e temos de perceber que a forma como fazemos negócio, como prestamos serviços e disponibilizamos bens, pode assumir muitas versões, incluindo aquela em que somos capazes de apoiar os nossos trabalhadores e de redistribuir o lucro de forma justa.»

Em jeito de conclusão, deixa um apelo claro ao reconhecimento político da economia social e do mutualismo no projeto europeu:

«Tal como referi em Múrcia quando falei sobre economia social, a Europa é o espaço onde as mutualidades e as empresas sociais podem florescer e devem ser apoiadas para florescer, tanto pela Comissão como pelos governos. Trata-se de um compromisso que beneficiará toda a gente e mostrará aos cidadãos que apoiamos, de facto, os modelos mais viáveis – aqueles que podem, realmente, melhorar as suas vidas.» ■

MUTUALISMO SEM FRONTEIRAS

De Portugal para o mundo, a União das Mutualidades Portuguesas tem vindo a afirmar o modelo mutualista português em vários palcos internacionais. Do Brasil ao México e a Marrocos, e no trabalho bilateral desenvolvido com a Argentina em Portugal, a UMP participa em processos legislativos, encontros multilaterais e fóruns globais sobre economia social, reforçando a cooperação com parceiros estratégicos e a organização do mutualismo à escala global. Nesta secção, destacam-se alguns dos momentos mais relevantes dessa agenda internacional.



MARROCOS

COMITÉ INTERCONTINENTAL DA UMM JANEIRO 2025

A UMP participou, em Marrocos, na reunião do Comité Intercontinental da União Mundial das Mutualidades (UMM), integrando também o 5.º Fórum da Mutuelle Générale du Personnel des Administrations Publiques (MG PAP) e a 77.ª Assembleia Geral desta entidade. Nesses encontros, o presidente da UMP, Luís Alberto Silva, apresentou o sistema nacional de saúde português e o papel das mutualidades na proteção social e participou na aprovação do Programa de Ação da UMM. A missão incluiu ainda uma reunião com o embaixador de Portugal em Marrocos.



ITÁLIA

ASSEMBLEIA GERAL DA OIES JANEIRO 2025

Em Turim, a UMP participou na Assembleia Geral da Organização Internacional da Economia Social (OIES), a que atualmente preside, aprovando por unanimidade o Relatório e Contas de 2024 e o Programa de Ação para 2025. Foi destacado o trabalho de regularização institucional da OIES, a criação da sua presença digital (site e redes sociais) e definidos objetivos para 2026, incluindo a participação em eventos internacionais, candidaturas a financiamentos europeus e a captação de novos membros.





MÉXICO

FÓRUM INTERNACIONAL

ABRIL 2025

Em Guadalajara, no México, a UMP marcou presença no XII Fórum Internacional de Mutualismo, organizado pela ODEMA, onde Luís Alberto Silva interveio na sessão de abertura, sublinhando o mutualismo como “construção coletiva de pontes de solidariedade, cooperação e esperança” e defendendo um modelo de complementaridade entre sistema público e iniciativa social. No dia seguinte, a UMP participou na VII Assembleia Geral da UMM, que aprovou as Contas de 2024, o Programa de Ação e o Orçamento para 2025, bem como linhas de trabalho para o recurso a programas internacionais de financiamento de projetos mutualistas.



PORTUGAL / ARGENTINA

ENCONTRO COM A CONAM

JUNHO 2025

A UMP recebeu em Portugal a Confederação Nacional de Mutualidades da Argentina (CONAM) para um encontro bilateral orientado para o reforço da cooperação internacional. Em discussão estiveram a articulação entre os modelos mutualistas português e argentino, o aprofundamento da cooperação na área da saúde e a organização de iniciativas académicas e formativas conjuntas.



BRASIL

MISSÃO INSTITUCIONAL

JUNHO 2025

Na missão ao Brasil, a UMP respondeu a um convite da FAN – Força Associativa Nacional, participando numa intensa agenda em Brasília com vários ministérios e estruturas governamentais, culminando numa audiência com o Vice-Presidente e Presidente em exercício, Geraldo Alckmin. Dessa missão, resultou o anúncio da criação de um grupo de trabalho, no qual a UMP foi formalmente integrada, para preparar uma proposta legislativa estruturante para a economia social e o mutualismo, incluindo uma Lei de Bases, um estatuto fiscal e um Código das Associações Mutualistas. As autoridades brasileiras manifestaram particular interesse no modelo mutualista português, num contexto em que o mutualismo brasileiro envolve mais de 60 milhões de associados. Ainda no Brasil, a Assembleia Legislativa de Goiás distinguiu a UMP com a Medalha de Mérito Legislativo Pedro Ludovico Teixeira, atribuída a Luís Alberto Silva e a Edgar Diogo. A homenagem foi apresentada como reconhecimento do “trabalho notável” desenvolvido pela UMP na promoção da solidariedade, da cidadania e do fortalecimento do setor mutualista em Portugal, sendo lida pela delegação portuguesa como um gesto de encontro entre “povos irmãos, unidos pela História e pela partilha de valores solidários e humanistas”.



Personalidades presentes na apresentação pública da Climutua, incluindo membros da ASM de São Mamede de Infesta, Presidente da Câmara de Matosinhos e Presidente da UMP.

CLIMUTUA APRESENTA NOVA CLÍNICA

O ESPAÇO ONDE COMEÇAM POR SI

Num momento em que a procura por respostas de reabilitação cresce e em que os requisitos técnicos e regulatórios se tornam mais exigentes, a Associação de Socorros Mútuos de São Mamede de Infesta apresentou, em 2025, em Leça da Palmeira, o estudo prévio para uma nova clínica e a atualização da sua identidade institucional. A sessão, realizada no Auditório Infante D. Henrique, serviu para fixar duas mensagens: a necessidade de crescer em espaço próprio e a ambição de o fazer com uma proposta clínica mais clara, centrada na medicina física e de reabilitação, com a fisioterapia

como eixo, integrando consultas médicas e pediatria, áreas técnicas e administrativas, e uma resposta de estacionamento adequada ao volume esperado.

O presidente do conselho de administração, Alexandre Lopes, enquadra o investimento a partir de uma realidade operacional que a associação diz já não conseguir contornar: "Não conseguimos, no atual edifício, crescer mais", afirma, associando a decisão ao aumento da procura e ao enquadramento regulatório.

O dirigente recorda ainda a dimensão social e territorial da instituição, referindo "cerca de



Imagens virtuais.



Planta da área de intervenção.

12 mil associados” e uma área de influência que ultrapassa a escala concelhia, numa leitura que coloca a clínica como resposta metropolitana, e não apenas local.

A presidente da Câmara Municipal de Matosinhos, Luísa Salgueiro, traça a perspetiva do município e a memória de uma relação antiga com a Climutua. Evoca os momentos mais exigentes, vividos antes e durante a pandemia, e destaca a capacidade da instituição para atravessar esses períodos sem perder fôlego. No essencial, deixa uma garantia: o crescimento agora anunciado contará com o apoio da autarquia.

Também o presidente da União das Mutualidades Portuguesas, Luís Alberto Silva, coloca o projeto no plano do interesse público, ao enquadrar a nova unidade como resposta relevante para um território urbano denso e com pessoas com necessidades crescentes de reabilitação física. Ao mesmo tempo, destaca a capacidade de reorientação estratégica da associação, que transformou o bloqueio de um projeto inicialmente pensado para cuidados continuados no PRR numa oportunidade para investir num equipamento alinhado com necessidades identificadas no terreno.

Do ponto de vista técnico, o estudo prévio apresentado pelo arquiteto António Carlos Coelho explicita uma abordagem de funcionalidade e durabilidade, sustentada por três princípios orientadores: a adoção de soluções construtivas que aumentem áreas e reforcem conexões internas entre valências, o cumprimento integral das exigências legais associadas à mobilidade e segurança, e a incorporação de medidas de eficiência energética em linha com objetivos de transição verde e digital. A área de intervenção é identificada com 3.410 m² e o desenho organiza-se para dar escala à reabilitação.

A fisioterapia é projetada como um núcleo dominante, com uma área global indicada de 776,5 m², incluindo 670,5 m² de área de trabalho, além de espaços como terapia ocupacional e sala funcional. A componente de hidroterapia surge como peça estruturante, com uma área de 207,2 m² e um plano de água pensado para responder a terapias aquáticas, complementado por balneários diferenciados e acessíveis.

Na resposta médica, o estudo aponta seis consultórios, dois deles com instalação sanitária privativa, e dois consultórios de pediatria, articulados com as circulações e áreas de espera. A dimensão administrativa é tratada como parte do funcionamento clínico e não como um “anexo”, com áreas de *front office*, *back office*, secretaria e contabilidade, direção e salas multiusos. Há ainda uma preocupação evidente com a experiência quotidiana do utente e com a organização dos fluxos internos. O piso de entrada prevê átrios e acessos diferenciados, áreas técnicas e uma solução de estacionamento que, no estudo, é quantificada em 55 lugares, assumindo que a acessibilidade é parte do serviço e não apenas uma condição periférica.

O reposicionamento para Climutua Medical Center, com a assinatura “Começamos por si”, é explicado como uma tentativa de tornar mais direta a dimensão clínica da instituição, sem perder a matriz mutualista de proximidade, nem a ideia de comunidade que sustenta a adesão, a confiança e a permanência.

Numa organização que se descreve como enraizada nas pessoas, colaboradores, utentes e associados, o *rebranding* procura clarificar a proposta e facilitar a comunicação para além do universo mutualista, mantendo a continuidade do serviço como traço identitário. ■



Alexandre Lopes, Presidente da ASM de São Mamede de Infesta.



Luísa Salgueiro, Presidente da Câmara Municipal de Matosinhos.



Arquiteto António Carlos Coelho, durante a apresentação do projeto.

Sara Faria (à esquerda) com a equipa da farmácia e utentes. Em baixo, com a vogal Isabel Carranquinha e a presidente do Conselho de Administração, Isabel Sousa.

MONTE-PIO ARTÍSTICO TAVIRENSE

UMA CLÍNICA DE GASTROENTEROLOGIA PARA REENCHER UM VAZIO NO ALGARVE

Fundado em 1857 por artífices de Tavira, o Monte-pio Artístico Tavirense mantém hoje um lugar central na cidade, combinando clínica, farmácia social e serviços associativos, e atravessa uma fase de reorientação, em que a saúde se tornou o eixo principal da sua ação, tendo, na recente abertura da clínica de gastroenterologia, com a realização de uma média de 3.500 exames endoscópicos por ano, o sinal mais visível dessa evolução.

A unidade ocupa o edifício que, em 2012, tinha sido recuperado para centro de dia e nunca chegou a iniciar atividade por falta de acordo com a Segurança Social. Reaproveitado para a gastro, esse espaço passou a responder a uma carência evidente na região: entre Vila Real de Santo António e Faro não existia qualquer clínica deste tipo, obrigando muitos utentes a enfrentar listas de espera de milhares

de pessoas noutras localidades do Algarve. É a partir deste ponto que Sara Faria, trabalhadora e membro da direção, reconstrói o percurso dos últimos vinte anos. Chegou ao Monte-pio em 2005, num tempo em que a associação não chegava aos cem associados e funcionava “num espaço muito pequeno, muito reduzido”. Desde então, descreve o caminho feito como “vinte anos com muitas histórias, muito trabalho,

muita luta, com muitos objetivos para cumprir”. O edifício onde hoje funciona a clínica de gastroenterologia não foi pensado, à partida, para esse fim. “Tínhamos recuperado o edifício da clínica em 2012; foi recuperado para um centro de dia, foi todo reaproveitado, chegou mesmo a estar pronto para funcionar como centro de dia”, recorda. A alteração das regras de financiamento da Segurança Social,

“ESTÁ A AJUDAR MUITO NO ALGARVE, PORQUE DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO ATÉ FARO NÃO EXISTIA NENHUMA CLÍNICA DE GASTRO.”

porém, travou o projeto: “Nessa altura a Segurança Social fechou os protocolos das participações com as instituições e nós não tínhamos sustentabilidade sozinhos.” Perante a impossibilidade de abrir o centro de dia, o espaço não foi abandonado, e uma resposta social ficou à espera de uma utilização coerente com a missão da associação. “Em 2019 apareceu-nos esta oportunidade de concorrermos à convenção da gastro com o Estado”, explica Sara Faria. A primeira tentativa não foi bem-sucedida: “Em 2021 caiu a candidatura, foi na altura da COVID-19, em que tudo fechou e a candidatura não vingou.” Em vez de recuar, decidiu insistir: “Voltei à carga, fiz uma segunda candidatura, que foi aprovada.” A partir desse momento, o edifício voltou ao centro das decisões: “Aproveitámos o espaço que era para ser do centro de dia para colocarmos lá a clínica de gastro.” Seguiram-se obras até à abertura formal do serviço, a 17 de fevereiro de 2024.

A forma como Sara Faria fala da clínica deixa perceber o alcance da decisão: “Está a ajudar muito no Algarve, porque de Vila Real de Santo António até Faro não existia nenhuma clínica de gastro.” Até então, quem precisava de exames endoscópicos tinha poucas alternativas e muita espera:

“Em Faro, Lagos e Quarteira, que é onde existem esses exames, havia filas de duas, três mil pessoas à espera.” Hoje, a unidade de Tavira recebe utentes de vários pontos: “Isto é bom tanto para nós, para os tavirenses em geral, para os algarvios, e também para os alentejanos que já cá vêm fazer exames”, resume. A clínica de gastroenterologia não aparece isolada: encaixa num conjunto de serviços de saúde que o Monte-pio foi construindo, sempre com atenção à diferenciação entre associados e não associados. “Na clínica também damos assistência médica, temos várias especialidades onde os associados pagam um valor sempre mais baixo que os não associados”, explica. A isto juntam-se as análises clínicas, em parceria com a Germano de Sousa e com gabinete próprio no edifício, e a convenção estabelecida “com a ULS do Algarve, com os médicos de medicina geral, onde trabalham com caixa, passam as análises, exames...” O trabalho quotidiano necessário para manter esta engrenagem em funcionamento é absorvente. “Passo muito tempo aqui no escritório, com a administração;

daqui partem as decisões todas, da clínica, da associação”, descreve. A equipa é reduzida: “Nós somos 11 funcionários. Aqui no escritório só estou eu e a administração, na farmácia seis funcionários, na clínica quatro.” A ligação à clínica é evidente: “Que se tenha visto alguma coisa como hoje, não houve nenhuma direção anterior que o conseguisse”, afirma. “Temos uma casa da qual estamos muito orgulhosos.” A mensagem que deixa aos associados é direta: “Espero que os associados estejam contentes, continuem, que tragam mais associados, que possamos ser mais e fazer mais, que se interessem mais pelas assembleias, que falem; também gostaríamos de ouvir coisas dos associados, opiniões diferentes, e que estejam à vontade.” Insiste na ideia de pertença partilhada: “Isto é a nossa casa, é a casa da administração, é a casa dos associados.” E encerra com a comparação que lhe serve de medida para tudo o que foi feito: “Que este Monte-pio nunca volte a ser o Monte-pio que eu encontrei; um Monte-pio morto.” ■



|Clínica de Gastroenterologia do Monte-pio Artístico Tavirense.

MOMENTO SOLENE
DE ENCERRAMENTO

A MUTUALIDADE DE SANTA MARIA

| Equipa da Exar e da Mutualidade de Santa Maria com participantes do Citizenship Lab.

NOVOS CIDADÃOS

Entre Ovar e a Murtosa, A Mutualidade de Santa Maria está a testar uma abordagem que cruza qualificação de adultos, mediação intercultural e capacitação de profissionais. O projeto internacional Citizenship Lab, desenvolvido com a organização social italiana EXAR e cofinanciado pelo Erasmus+, procura transformar o acolhimento de migrantes num processo mais consistente, transferível e atento às pessoas.

A imigração tornou-se uma realidade quotidiana nos serviços, nas escolas, nos centros de emprego, nas unidades de saúde e nas instituições sociais. Em Portugal, como noutros países europeus, a integração mede-se, sobretudo, pela capacidade de garantir acesso efetivo a direitos, de reduzir vulnerabilidades e de criar condições para que quem chega possa participar na vida social e económica do território.

É aqui que o acolhimento se torna uma questão prática: não basta querer integrar — é preciso saber como, com que recursos, com que procedimentos e com que competências. Neste contexto, o movimento mutualista tem um papel particular. Pela sua proximidade às comunidades, pela tradição de resposta a necessidades concretas e pela cultura de cooperação com autarquias, associações e estruturas



**“ STEFANY URBANEJA
VENEZUELANA**

Tenho 18 anos. A minha experiência inicial como imigrante em Portugal foi um desafio. Procurei ativamente um curso que me permitisse aprender a língua portuguesa, o que continuarei a considerar sempre importante. Foi uma mais-valia pois agora comunico melhor e tenho melhor capacidade de compreensão na leitura e na escrita.”

educativas, as mutualidades estão bem colocadas para funcionar como ponte entre serviços e pessoas. Mas essa ponte só é sólida quando assenta em formação, em redes locais e em instrumentos de trabalho que conduzam a uma intervenção qualificada. É precisamente essa transição que o Citizenship Lab procura apoiar. Trata-se de um projeto internacional que A Mutualidade de Santa Maria desenvolveu em parceria



“ALI ALKHAMÍ SÍRIO

A nossa vida estava estável e segura na Síria. Mas em março de 2011, com a guerra, vi a destruição do país. Foi aqui na Mutualidade que consegui a equivalência ao 9.º ano através do processo de RVCC. Melhorei o meu português, ganhei coragem para tirar a carta de condução e aprendi a utilizar o computador. Quero agradecer, do fundo do meu coração, à Mutualidade de Santa Maria por todo o apoio que me deram.”

com a organização italiana EXAR, no âmbito do Erasmus+, com o objetivo de promover o intercâmbio de boas práticas e encontrar soluções de atuação no acompanhamento de imigrantes que reforcem o exercício da cidadania e a inclusão social. A apresentação pública do projeto ocorreu no auditório da Mutualidade, em Esmoriz, no encontro “Qualificação, cidadania e imigração, uma nova abordagem”, que contou com a presença do Presidente da AIMA – Agência para a Integração, Migrações e Asilo, Pedro Portugal Gaspar. Além do debate sobre desafios e dificuldades nos territórios de destino (em Portugal e em Itália), ouviram-se dois testemunhos que traduzem o que está em jogo quando falamos de acolhimento. Um cidadão sírio, que fugiu com a mulher e as filhas da guerra e atravessou a Europa durante 42 dias para chegar a Portugal; e uma cidadã venezuelana,

que procurou refúgio face à violência e à instabilidade política, económica e social.

Uma das linhas mais visíveis do Citizenship Lab foi a formação dirigida a profissionais que trabalham nos processos de acolhimento e integração de imigrantes. A Mutualidade de Santa Maria organizou um ciclo de três sessões de workshop — “Capacitar, Partilhar, Melhorar” — concentrado nos números, mas também nas emoções, nos desafios, nas vulnerabilidades e nas oportunidades associadas ao acolhimento de “novos cidadãos”. As sessões decorreram no Museu Escolar Oliveira Lopes, em Válega (Ovar), e procuraram criar um espaço de aprendizagem partilhada entre intervenientes do território. Paralelamente, o trabalho com a população migrante e refugiada não se ficou pela sensibilização. O Citizenship Lab é apresentado como um projeto de intervenção e investigação-ação, que atua em Ovar e na Murtosa para conceber, testar e validar dispositivos de acolhimento, acompanhamento e qualificação. A estratégia assenta numa rede local de parceiros e organiza percursos formativos e de mentoria, dinamiza oficinas de cidadania e empregabilidade e assegura mediação intercultural no acesso a serviços e direitos.



No campo específico da língua — muitas vezes o primeiro obstáculo à integração — o balanço de um ano de Português Língua de Acolhimento aponta para sete cursos A1 e A2, realizados em Ovar e Murtosa, com 117 cidadãos estrangeiros apoiados, 110 certificações e 8017 horas de formação, incluindo 33 desempregados. A dimensão pública do projeto voltou a ganhar destaque na Conferência Final.

O encontro reuniu parceiros, autarcas e comunidade para apresentar resultados, ouvir testemunhos de pessoas migrantes e entregar diplomas a adultos que concluíram percursos de qualificação promovidos pela Mutualidade.

Entre os resultados, destaca-se a disponibilização do “Guia de Boas-vindas” para cidadãos estrangeiros, traduzido em três línguas. Para quem trabalha no terreno, foi igualmente produzido um manual de ferramentas — a C-Lab Toolbox — dirigido a profissionais, entidades públicas e privadas e outros agentes locais, com o objetivo de capacitar o acolhimento e acompanhamento à luz de valores humanistas, mutualistas e europeus. O desafio, agora, é garantir continuidade: manter a formação dos profissionais como prática regular, atualizar instrumentos e reforçar a articulação entre acolhimento, aprendizagem da língua, qualificação e empregabilidade. ■

“PAOLA SAYAGO VENEZUELANA

Este país é também agora meu e reconheço a importância fundamental de aprender o idioma português. Uma das primeiras oportunidades que tive aqui foi participar no processo RVCC, que me permitiu obter um certificado escolar, algo muito importante.”

A BENEFICÊNCIA FAMILIAR

| Daniel Renato ao centro acompanhado de colaboradoras da Beneficência Familiar.

A INOVAÇÃO QUE REABRE O MUTUALISMO AO QUOTIDIANO URBANO

Em frente ao Mercado do Bolhão, no Porto, a Beneficência Familiar apresenta-se com um edifício de sete pisos onde multiplica valências, traz gente nova ao mutualismo e faz do exercício físico e bem-estar uma porta de entrada para a saúde, o convívio e o sentido de pertença.

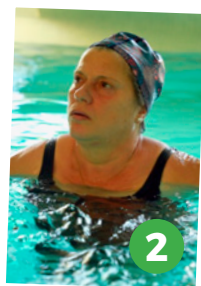
O mutualismo português atravessa um período de grandes transformações. Associações que outrora pulsavam de vitalidade veem agora os seus associados envelhecerem, enfrentando dificuldades em atrair novos membros. Simultaneamente, existem associações que expandiram e consolidaram programas inovadores em múltiplos domínios. É o caso d'A Beneficência Familiar, que com a inauguração, em 2023, de uma nova sede com sete pisos, propôs-se a repensar o que uma

associação mutualista podia ser e fazer. Daniel Renato, gestor do espaço de exercício e bem-estar, emergiu como figura-chave neste processo de transformação.

A convite do Presidente do Conselho de Administração, Carlos Jorge Silva, começou por elaborar o plano de negócios do ginásio e a gerir esse espaço. Progressivamente, absorveu mais responsabilidades — a dinâmica dos pisos, a integração de parceiros empresariais e a

captação de associados. Pequenos e médios comerciantes do centro do Porto começaram a inscrever os seus colaboradores quando compreenderam que oferecer acesso a um ginásio, uma clínica e uma farmácia era um diferenciador competitivo, e os números refletem isso mesmo: “À volta do exercício já ultrapassamos os mil novos associados,” refere Daniel Renato. “Se o domínio do exercício representa entre 30 e 40% das novas entradas, isso significa que





nos últimos dois anos entraram entre 3.000 e 4.000 novos associados.”

André Duarte ^(foto 1) é proprietário da Talento Formação, uma empresa de formação profissional certificada em 23 áreas. Instalou a sede principal na ABF e todos se tornaram associados.

Olga Silva ^(foto 2) é associada desde os 18 anos. Aos 58, após enfrentar um cancro e suportar meses de quimioterapia, havia entrado numa fase de sedentarismo grave. Os médicos recomendavam exercício físico. “Quando isto abriu foi aquela luzinha,” diz. Agora frequenta o ginásio diariamente. “Sinto mais segurança, até a andar na rua, porque eu desequilibrava-me imenso, e agora já caminho melhor.”

Esmeralda Dias ^(foto 3) regressou à associação após uma longa ausência. Quando chegou, estava prestes a submeter-se a uma cirurgia. Daniel Renato e as treinadoras Sandra e Marta propuseram que fizesse exercício

primeiro para ganhar massa muscular. Quando voltou ao seu médico meses depois, a operação já não era necessária. “Tenho a certeza que fiquei com menos de 20 ou 30 anos em cima,” descreve.

Originária do Rio de Janeiro, no Brasil, a psicóloga Lilly Rahy ^(foto 4) chegou ao Porto desenraizada, à procura de um lugar com o qual se identificasse. “Quando me tornei associada passei a sentir que pertencia à cidade. Até então estava perdida”, conta. Pouco tempo depois, Lilly tornava-se voluntária na associação, oferecendo aulas de meditação sem compensação. “Tenho esta ideia que Deus nos deu dons e habilidades, e que nem tudo é sobre dinheiro. O dinheiro é importante, vive-se dele, mas há coisas que o dinheiro não paga. Foi esta sensação de pertença que senti aqui que me deu vontade de oferecer uma hora do meu dia.”

Com 89 anos, Joaquim Cruz ^(foto 5) inscreveu-se na Universidade Sénior aquando da sua inauguração. “Se calhar aprender até é secundário. É mais conviver, conhecer pessoas e não ficar confinado em casa.”

Jaime Ribeiro ^(foto 6), 72 anos, vem de Viana do Castelo. Era sócio de outro ginásio, mas descobriu a Beneficência e viu a diferença. “Isto para mim é o ideal. Custo, porque é amplo, é claro, tem mais visibilidade.” Frequenta aulas de Mindfulness. “Quando chega ao fim do dia, depois de um dia

bem passado aqui, em exercícios, em meditação, sinto-me mais descontraído e até mais aliviado.” A vida quotidiana do edifício não se faz apenas de ginásio e aulas. Faz-se, por exemplo, à mesa — e a mesa, na ABF, foi pensada como espaço social, não como corredor de serviço. Luísa Oliveira Santos ^(foto 7), responsável pela área de restauração, explica que os associados têm um preço especial, com uma diferença de “um euro e meio” no menu, mas sublinha que o conceito foi deliberadamente transformado: “Isto tornou-se um restaurante quase normal. Levamos a comida à mesa, com um tratamento diferente. Eu não queria ter a comida à vista e as pessoas a andar com o tabuleiro.” A razão surge na própria conversa, sem moralismos: se funcionasse como cantina tradicional, “as pessoas vinham à procura da comida muito barata e com menos qualidade”. O caminho escolhido foi outro: “Elevámos a fasquia, subimos um bocadinho os preços, mas temos comida muito boa e ingredientes frescos todos os dias.” Há edifícios que ampliam serviços; há outros que ampliam possibilidades de vida. A nova sede da Beneficência, com a ABF Exercício e Bem-Estar como uma das suas âncoras, revela uma forma contemporânea de mutualismo: uma instituição que se mede pelo que permite aos seus associados fazerem de novo — caminhar com segurança, regressar à aprendizagem, criar rotinas, oferecer tempo, reconhecer-se num lugar. ■



“PASSEI A SENTIR QUE PERTENCIA À CIDADE.”



LEGADO DO OPERÁRIO DE ÉVORA

NOVA SEDE,
A MESMA MISSÃO

O Legado do Operário de Évora entra no caminho do centenário com a casa renovada!



Com uma história que se aproxima dos 100 anos, O Legado do Operário de Évora voltou a abrir as portas da sua sede após dois anos de obras, mantendo a mesma morada e mudando, de forma visível, a relação do espaço com quem o procura. Onde antes predominavam materiais e tons escuros associados à memória e à permanência, surgem agora tons brancos e luminosidade, num discurso que procura ligar a renovação física a uma ideia de futuro e de proximidade com os associados.

A mudança, porém, não pretende ser lida como rutura. O próprio nome da instituição é convocado para ancorar o sentido do investimento. “Legado” é o que se transmite, material e imaterialmente, e é também a continuidade de valores, de práticas de solidariedade e de pertença comunitária. Não é fácil modernizar sem perder identidade, atualizar serviços sem descaracterizar a relação mutualista ou melhorar condições de atendimento sem transformar a casa num espaço distante. Ainda assim, o quotidiano da nova sede do Legado do Operário mostra que esse equilíbrio é possível e foi alcançado com consistência: um espaço mais funcional e luminoso, sem abdicar da proximidade, da confiança e do sentido de pertença que sustentam

a instituição há quase um século. Entre o atendimento administrativo, os pagamentos de quotas e a gestão de planos mutualistas, a instituição mantém uma operação regular que se cruza com respostas de saúde, incluindo consultas, como clínica geral, medicina dentária e psiquiatria, num contexto em que a procura por cuidados de proximidade continua a ser um fator de fidelização e de utilidade social.

A própria comunicação interna e externa do Legado insiste nesse ponto: os associados valorizam ter um espaço onde a família é bem recebida, onde têm acesso a cuidados de saúde em condições específicas, instrumentos de poupança simples e seguros, e apoios financeiros ao longo do ciclo de vida - da juventude à reforma.

O Legado mantém também uma dimensão cultural, através de uma galeria e de um espaço de promoção artística, e administra um bairro com 86 moradias construídas nos anos 40, em regime de arrendamento a custos acessíveis para associados. Esta combinação de respostas, saúde, proteção social, habitação e cultura, ajuda a perceber por que razão a remodelação da sede tem um significado que ultrapassa a estética, funcionando como investimento num “centro de gravidade” institucional



Acima, uma fotografia antiga da sede da associação. À esquerda, parte da equipa administrativa.

onde se cruzam serviços, pertença e gestão comunitária. O ano de 2026 comemorará o 99.º aniversário da instituição alentejana, com a promessa de celebração “em grande”. E com isso, mobilizam associados, reforçam a identidade, dão coerência a mudanças internas, incluindo renovação de equipa, requalificação de espaços e preparação de novas iniciativas, mostrando uma instituição que se move em várias frentes ao mesmo tempo, gerindo património social e respondendo a necessidades específicas, num território onde os custos de vida e o acesso a serviços são temas centrais.

Se o mutualismo vive da continuidade, vive também da capacidade de se reorganizar para continuar útil. A nova sede, na mesma morada, pretende ser exatamente isso: um espaço renovado para uma missão que permanece, num momento em que o Legado se prepara para escrever o capítulo mais simbólico da sua história: o caminho até ao centenário. ■

HÉLDER PINHEIRO

A HABITAÇÃO ACESSÍVEL COMO MISSÃO INSTITUCIONAL



Sede da Previdência dos Ferroviários de Portugal, na baixa do Porto. O edifício integra habitação acessível e lojas com rendas condicionadas.

“VAMOS CONTINUAR A CONTRIBUIR E A EVOLUIR PARA O BEM DA HABITAÇÃO ACESSÍVEL.”

A história de Hélder Pinheiro cruza duas linhas que, no seu caso, nunca deixaram de andar em paralelo: a ferrovia e o mutualismo. Maquinista de profissão e presidente da Previdência dos Ferroviários de Portugal, dirige uma instituição que fez da habitação acessível o seu eixo central de intervenção social, num Porto onde o acesso a uma casa a preços comportáveis é, há décadas, um problema recorrente.

Recentemente, Hélder Pinheiro foi distinguido pela União das Mutualidades Portuguesas (UMP) com o Prémio Mutualismo e Solidariedade, distinção que reconhece dirigentes mutualistas com um longo e auspicioso trajeto na causa do mutualismo e da solidariedade, e que o apanhou totalmente desprevenido.

Na cerimónia do Dia Nacional do Mutualismo, ouviu o seu nome, olhou à volta e ainda pensou que se tratasse de

um engano. O momento ganhou ainda mais peso porque a família tinha sido chamada em segredo. Mas basta deixá-lo falar para perceber que o centro da conversa não é o prémio. É a habitação. “Comecei a minha atividade como ferroviário em maio de 2001, sensivelmente há 25 anos”, situa.

“Eu já tinha um curso de mecânica e eletrónica, o que me permitiu estar mais à frente de outras pessoas, porque tinha o conhecimento do que era o motor diesel e o motor elétrico, e facilitou-me a vida para entrar como maquinista.” Hoje continua ligado à condução, mas também à formação: “Neste momento dou formação a maquinistas que precisem, não só para a empresa como para outras, porque agora há a liberalização; além da CP há outras empresas que estão a operar no mercado.”

A relação com a ferrovia vem de trás. “O meu pai já era ferroviário”, diz.

“Começou pela via, chegou a ser maquinista, antes foi fogueiro, depois foi inspetor e posteriormente chefe de Porto.”

Foi já dentro da CP que lhe propuseram entrar na Previdência dos Ferroviários. “Quando entrei para a CP e para a área da ferrovia, foi-me proposto se queria associar-me a esta instituição, porque queriam renovar os quadros”, conta. Aceitou. “Vim como dirigente, fiz parte da direção e, a partir daí, ganhei o fascínio por esta instituição.”

Foi nesse processo de reestruturação que o seu papel foi crescendo: “Comecei como diretor, depois passei a diretor-geral e cheguei ao dia de hoje como presidente da direção.” Tudo de forma voluntária: “Sou presidente da direção, tenho os funcionários, mas sou voluntário, não recebo nenhuma compensação por estar aqui.”

Quando explica o que o move, a resposta é direta: “Foi o fascínio de ajudar as pessoas, principalmente os portugueses, na nossa área, que era a habitação acessível.” E acrescenta: “Hoje em dia é cada vez mais evidente que é uma valência que a Previdência tem e

“HÁ CINCO ANOS QUE NÃO AUMENTAMOS RENDAS.”

que muito honra em ser pioneira aqui no Porto.”

Essa valência traduz-se em números muito concretos. No edifício da própria Previdência, em plena zona central do Porto, existem dez habitações. Em Campanhã, a escala é outra: “Temos cerca de 140. Podemos dizer que é um bairro: as pessoas dão-se bem, conhecem-se todas.”

As rendas praticadas ilustram o desfasamento em relação ao mercado da cidade. “Temos T1, T2 e T3. A média de um T3 é entre 200 e 250 euros. A média de um T2 é entre 100 e 150”, enumera. Existem algumas “casas que já são rendas aumentadas”, cuja atualização fica dependente das deliberações do Governo, mas a instituição tem optado por não mexer nos valores: “Há cinco anos que não aumentámos rendas, derivado da pandemia e de outros fatores.”

Para além das casas, há duas lojas no piso térreo. “A renda mais alta são 500 euros”, refere, chamando a atenção para o contraste com a envolvente: “Isto aqui é em pleno centro da cidade. Estamos a falar em rendas que podem ir até aos 5 mil euros.”

A procura chega sobretudo por recomendações informais. “As pessoas, ou quem já passou por aqui e já deixou a casa, dizem que vão à Previdência porque são casas excelentes, tratam bem as pessoas”, descreve.

Ao mesmo tempo, persiste um problema de perceção pública. “Continua a existir aqui um certo estigma, com muita gente a não conseguir diferenciar habitação acessível de habitação social”, nota. É precisamente aí que faz questão de marcar posição: “Habitação acessível nunca pode ser habitação social. Habitação social é um bem que o Estado está a oferecer através de dinheiros públicos. Já a habitação acessível é o que estamos a praticar:



Edifício da Previdência dos Ferrovieiros em Campanhã.

mediante certos valores, certos trâmites das rendas praticadas no mercado, tentando não as colocar nem muito altas nem muito baixas, mas de acordo com aquilo que as pessoas podem pagar.” Em plena baixa do Porto, conclui, “acho que qualquer pessoa consegue pagar 200, 250 euros” por uma casa com estas características. A centralidade da habitação percebe-se melhor quando recua à fundação da instituição. “Isto surgiu em 1930”, recorda. “Houve a necessidade de criar alojamento para os ferroviários porque viajavam do norte para o sul do país.” Hoje muitas dessas deslocações fazem-se em muito menos tempo, mas à época o cenário era outro: “As distâncias, que agora se fazem muito mais depressa, na altura, eram de quatro a cinco horas.” A solução foi criar estruturas de alojamento para quem se deslocava constantemente: “Já tivemos uma filial em Lisboa mas com o tempo, por problemas de logística e “falta de oportunidade para alguns ferroviários, houve a necessidade de criar só uma instituição e fundir as duas.” A escolha da cidade do Porto não foi automática, mas acabou por prevalecer. “A maior parte dos ferroviários eram do Norte. O Norte tinha muitas linhas, tinha muitas vias, vias estreitas, que depois, ao longo dos anos, fecharam.” Das vias estreitas, destaca a do Vouga, “de Espinho até à Sernada”, que “ainda está em pleno gozo das suas funcionalidades” e onde



se fazem “viagens históricas, a recordar os tempos antigos”.

A relação com o poder local tem sido feita entre colaboração e vários constrangimentos. Interpelado sobre a articulação com a Câmara Municipal do Porto, Hélder Pinheiro começa por lembrar a mudança de executivo autárquico e admite que, com a atual equipa, “ainda não sabemos qual é a forma como eles querem fazer parcerias”. Recorda, contudo, que, com o executivo anterior, existia uma parceria já consolidada: “o poder local ajudou-nos muito. Não ajudou mais porque não há terrenos, não há casas.” A Câmara, através da Domus Social, chegou mesmo a manifestar interesse em recorrer ao parque habitacional da Previdência, porém a inexistência de habitações vagas travou esse caminho. É neste pano de fundo – habitação acessível, história ferroviária, mutualismo, dificuldades de renovação – que o Prémio Mutualismo e Solidariedade ganha sentido para Hélder Pinheiro. Na cerimónia, mais do que o momento de palco, retém o significado que lhe atribui: “Simboliza muito para mim, porque é o reconhecimento de muitos anos de trabalho e dedicação a esta instituição e também ao mutualismo. Dá-nos motivação para continuar a contribuir e a evoluir para o bem da habitação acessível, para o bem da comunidade e para o bem dos portuenses.” ■

JOÃO ESTEVES

RETRATO FAMILIAR: O MUTUALISMO VISTO DE CASA



João Esteves, presidente da ASM Protectora dos Artistas de Faro, acompanhado pela sua família, recebe o Prémio Mutualismo e Solidariedade atribuído pela UMP.

“DIZIA SEMPRE QUE O MUTUALISMO ERA UMA FORMA DE AJUDAR E DE DAR RESPOSTAS ONDE, POR VEZES, O ESTADO FALHA”

Em 2025, no Dia Nacional do Mutualismo, a União das Mutualidades Portuguesas distinguiu João Esteves, dirigente da Associação de Socorros Mútuos “Protectora dos Artistas” de Faro, com o Prémio Mutualismo e Solidariedade. O homenageado confessa que “não estava na expectativa” dessa distinção. Muito menos que a família mais próxima tivesse percorrido cerca de 600 quilómetros para se juntar a ele em palco, de surpresa, justamente nesse momento. “Fiquei muito sensibilizado por isso”, assinala. A sua história de vida é contada por: Rui Esteves, filho mais velho, que aceita falar não para substituir a voz do pai, mas para mostrar o que uma entrega continuada à vida associativa faz ao tempo, às rotinas e à própria ideia de família. Quando lhe perguntamos o que sentiu ao ver o pai receber o prémio, Rui, de 55 anos, responde: “Senti um grande orgulho por ver reconhecida

toda a sua dedicação à causa.” O retrato começa muito antes de Faro. “O meu pai nasceu em Lisboa, na Maternidade Alfredo da Costa, em abril de 1943”, diz-nos, situando-o num contexto de trabalho duro e mobilidade social contida: “O meu avô era um pequeno empreiteiro de construção civil, com origens no Minho; a minha avó fazia trabalhos domésticos noutras casas, e era da Beira Alta.” A infância e adolescência passaram-se “na Avenida da Igreja, em frente à Igreja de São João de Brito”, num período “marcado pelo ritmo da capital portuguesa nos anos 50 e 60”. O percurso escolar leva-o do Liceu Camões ao Instituto Industrial de Lisboa (actual ISEL), onde inicia Engenharia Civil — até que, em 1966, é mobilizado para Angola, permanecendo lá até 1969. Rui sublinha a marca desse período

com uma frase que funciona quase como chave interpretativa do que viria depois: “A Guerra Colonial marcou profundamente a sua visão do mundo e reforçou o seu desejo de construir um futuro sólido ao regressar.” Nas conversas de família, o pai regressa muitas vezes a memórias que parecem pequenas, mas que, juntas, desenham carácter. Rui recorda “as temporadas de férias e verões” nas aldeias de origem, onde se tornou evidente “a consciência das grandes diferenças de Lisboa para o resto do país”. Em Lisboa, aparece com frequência uma imagem: “as tardes passadas a ‘estudar’ na velha Pastelaria Suprema, na Avenida de Roma.” E há a frase repetida com humor: “Veio para Faro julgando ficar apenas meia dúzia de anos, mas ainda por aqui anda...” Angola permanece como assunto insistente: “Angola está

sempre presente e usa-o para tudo, desde o sentimento ao exemplo.” A mudança para Faro é descrita por Rui como um encadeamento de decisões realistas. Ao regressar de Angola, o pai casa, trabalha dois anos numa empresa de exportação de mármore para os Estados Unidos e, em 1970 — “com o meu nascimento” —, surge a proposta de vir para o sul: “O tio da minha mãe sugeriu que se mudassem, onde poderia exercer a atividade de construtor civil”, seguindo-se a inscrição na Escola Industrial Tomás Cabreira, a conclusão do curso de agente técnico de arquitectura e engenharia e a assunção de responsabilidade por obras. Mas Faro dá-lhe também outra dimensão: a participação cívica organizada. “Depressa percebeu as carências sociais aí existentes e começou a integrar o Rotary Club de Faro”, passando ainda por estruturas como a Confederação dos Empresários do Algarve e a Associação de Empresas de Construção e Obras Públicas e Serviços. É neste lastro que surge, já mais tarde, a ligação à Protectora dos Artistas. Rui identifica a ponte humana que abre a porta: “O convite partiu de um velho amigo e companheiro no Rotary Club de Faro, o Seromenho. Com a chegada da reforma, ele viu a possibilidade de dedicar o seu tempo livre em prol do projeto mutualista.” A motivação, tal como o filho a formula, não é uma epifania; é continuidade: “A experiência acumulada no movimento rotário e no associativismo empresarial determinou a convicção de que poderia fazer a diferença no mutualismo.” Em casa, Rui diz que o pai explicava o mutualismo com uma definição direta, quase pedagógica: “Uma forma de poder ajudar e proporcionar a outros respostas onde, por vezes, o Estado falha.” Depois, vieram os cargos de direção e a reconfiguração prática do quotidiano. Rui descreve-o como um regresso a

um ritmo intenso: “Passou novamente a ser um homem atarefado, com uma agenda pesada, e fazia-o com um orgulho imenso.” E acrescenta a consequência doméstica, sem lirismo: “Da minha parte, passei a ter de combinar com antecedência até um café ou um simples almoço.” Quando tenta resumir a missão do pai dentro da Associação, Rui aponta para uma tarefa que muitas mutualidades conhecem bem e nem sempre conseguem cumprir: manter a instituição viva sem a deixar congelar em regras que já não respondem ao presente. “Independentemente dos estatutos existentes, sentia como missão tentar adaptar às novas realidades coletivas as regras existentes e fazer com que o futuro fosse mais promissor.” Questionado sobre se o pai falava da Associação como trabalho ou como missão, Rui não hesita: “Sempre como missão.” E recorda uma ideia que o pai repetia, para afastar a linguagem do sacrifício como medalha: “Enquanto sentir prazer ao leme da Associação, nada é sentido como sacrifício.”

O perfil que o filho traça é, antes de tudo, moral: “Calmo, focado, um lutador por causas, sensível, tolerante e justo.” Essa descrição encaixa numa memória de infância que Rui traz com particular nitidez: reuniões de família “junto a uma mesa com comida”, onde se discutiam “ética e valores” em confronto com “política e Estado”, e onde o pai insistia numa exigência que Rui guarda como aprendizagem: “É preciso saber colocar-nos no lugar dos outros para tomar decisões que nem sempre são fáceis e pacíficas.” No fim, a distinção pública volta a caber numa frase curta, dita do interior da família: orgulho por um reconhecimento que chega a quem, durante anos, organizou tempo e energia em torno de uma instituição. E Rui deixa um pedido para o futuro que evita o tom monumental e escolhe o essencial: “Acreditar que tudo é possível desde que acreditemos nos nossos princípios de ética e valores, sendo capazes de motivar os outros em prol do colectivo. Na verdade, precisamos todos uns dos outros.” ■

“A GUERRA COLONIAL MARCOU PROFUNDAMENTE A SUA VISÃO DO MUNDO.”



João Esteves com o filho Rui (acima, à esquerda). Angola, década de 1960 (acima, à direita). Em passeio com a família (abaixo).

FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN

COOPERAÇÃO PARA IMPACTO SOCIAL

PRÊMIO MUTUALISMO E SOLIDARIEDADE INTERNACIONAL

A missão que a Fundação assume publicamente é clara: promover o desenvolvimento de pessoas e organizações através da arte, da ciência, da educação e da beneficência, com o objetivo de contribuir para uma sociedade mais equitativa e sustentável, num enquadramento que, mais do que programático, se traduz numa forma de operar que cruza cultura, conhecimento e intervenção social, apoiando instituições e projetos em Portugal e fora do país, e sustentando áreas tão distintas como o acesso à cultura, a redução de desigualdades no acesso à educação e o apoio a populações vulneráveis. Um exemplo recente dessa aproximação com expressão territorial, encontra-se na parceria com a União das Mutualidades Portuguesas no projeto de promoção da saúde mental “(Des)construir, (Re)pensar e (Re)educar, transformando vidas através da saúde mental”. O programa, apresentado como piloto com duração de três anos, é dirigido a cerca de 600 crianças e jovens em idade escolar no território transmontano e recorre à arteterapia como ferramenta para desenvolver competências socioemocionais.

Foi este perfil, simultaneamente internacional e atento ao desenho de soluções sustentáveis, que esteve na base do reconhecimento atribuído pela União das Mutualidades Portuguesas à Fundação, com o Prémio Mutualismo e Solidariedade Internacional. A distinção foi recebida por Pedro Calado, diretor do Programa Democracia e Sociedade Civil: “Este reconhecimento é, para nós, um sinal de estímulo e de confiança,” disse, “A Fundação continua muito focada em procurar responder aos problemas da atualidade. Os desafios são cada vez mais complexos e globais e, por isso, distinguir a Fundação nesta lógica de desenvolvimento e de cooperação é um sinal



*Campos de Matemática Gulbenkian em Cabo Verde.
Cortesia da Universidade de Cabo Verde.*

positivo: acreditamos que só com uma abordagem global e em parceria conseguimos dar resposta a esses problemas. O nosso fundador, Calouste Sarkis Gulbenkian, tinha muito presente a ideia de uma fundação ao serviço da humanidade. Enquanto houver pessoas cujos direitos, liberdades e garantias não estejam plenamente assegurados, nas geografias onde atuamos, como África e os PALOP, mas também em países como França e o Reino Unido, e ainda junto das comunidades arménias, onde temos uma presença histórica, há trabalho a fazer e resultados a alcançar, na saúde e também noutros domínios, como a educação.”

ASSOCIAÇÃO ENTRAJUDA

CAPACITAR PARA MELHOR CUIDAR

PRÊMIO CIDADANIA E SOLIDARIEDADE

A ação social vive frequentemente sob uma pressão paradoxal: as necessidades aumentam, mas a capacidade instalada nem sempre acompanha, sobretudo nas organizações que asseguram respostas de proximidade e quotidiano. É aqui que a Associação Entrajuda tem construído a sua relevância, ao trabalhar não sobre o beneficiário final de forma direta e exclusiva, mas sobre as instituições que, todos os dias, sustentam a rede de apoio social.

A Entrajuda define a sua missão como o reforço do setor não lucrativo, em especial das instituições de solidariedade social, promovendo o acesso a meios e recursos que lhes permitam exercer um papel determinante na inclusão social e no combate à pobreza. Acrescenta ainda um segundo eixo, igualmente estruturante, a mobilização de pessoas para uma intervenção cívica organizada no combate à pobreza. O Prémio Cidadania e Solidariedade atribuído pela União das Mutualidades Portuguesas à Entrajuda reconheceu precisamente este contributo, salientando o apoio às instituições sociais, a formação e a disponibilização de equipamentos recuperados para reutilização: “O trabalho que temos desenvolvido é muito relevante no domínio da cidadania e da solidariedade, sobretudo no apoio às pessoas e às instituições que enfrentam necessidades concretas”, referiu Vítor Saraiva, Coordenador Executivo da Zona Norte da Entrajuda. “Deveriam fazer-se mais acordos com as mutualidades para chegarmos a mais pessoas, com o nosso apoio a nível dos bens doados, da parte informática e gestão e organização, e também do voluntariado.”



Voluntárias da Entrajuda organizam bens doados.



Cátia Rodrigues, à direita, recebe o Prémio Trabalhador do Ano, pelas mãos do Presidente da INATEL, José Manuel da Costa Soares. À esquerda, Teresa Vieira, Administradora da Sociedade de Turismo de Santa Maria da Feira.

CÁTIA RODRIGUES

PRÉMIO TRABALHADOR DO ANO

Numa associação mutualista, a qualidade do serviço prestado depende tanto da resposta clínica e social como da estabilidade do trabalho diário que mantém a instituição a funcionar. Foi essa dimensão, muitas vezes discreta, que a votação pública do Prémio Trabalhador do Ano 2025 acabou por tornar visível ao escolher Cátia Rodrigues, administrativa d'A Mutualidade de Santa Maria (Esmoriz, fundada em 1897). O resultado foi apurado através de votação online, com mais de 8 mil votos registados no total. A vencedora recebeu um voucher para uma estadia de seis noites para duas pessoas numa unidade hoteleira da Inatel, oferecido pela Fundação Inatel. A própria enquadró o momento numa lógica de equipa: “Já a própria candidatura tinha sido uma surpresa. Foi o reconhecimento do trabalho que tenho feito na Mutualidade e acima de tudo com as equipas com quem tenho trabalhado. Este prémio não é só meu, é de todas nós.” E acrescentou: “Trabalhamos sempre para o objetivo comum que é prestar o melhor serviço.” Os restantes lugares do pódio foram ocupados por Miguel Santos, diretor técnico da farmácia da Associação de Socorros Mútuos dos Artistas de Faro, e por Maria de Fátima Alves, auxiliar de ação educativa do Legado do Caixeiro Alentejano, em Évora. Ambos receberam um voucher para utilização nas Termas de São Jorge. A entrega decorreu no Dia Nacional do Mutualismo, realizado a 30 de maio, em Vila Nova de Gaia.

PARCEIROS INSTITUCIONAIS



PROTOCOLOS

TURISMO



SAÚDE E BEM-ESTAR



SERVIÇOS



CONSULTADORIA E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS



TECNOLOGIA



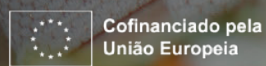
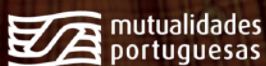
OUTROS



PARA CONHECER OS PROTOCOLOS, DESCONTOS E VANTAGENS DESTINADOS ÀS ASSOCIAÇÕES MUTUALISTAS FILIADAS E AOS SEUS ASSOCIADOS, VISITE O NOSSO WEBSITE EM MUTUALISMO.PT

A photograph of a multi-generational family. In the foreground, an older man with grey hair and a beard, wearing a brown plaid shirt, is smiling and looking towards the right. Next to him, an older woman with short grey hair and black-rimmed glasses is laughing heartily. In the background, a younger woman with blonde hair, a man with short brown hair, and a young girl with long blonde hair are all smiling and looking down at the older couple. The scene is set indoors, likely at a dining table, with a plate of food visible in the bottom right corner.

SEMPRE A SEU LADO, DA INFÂNCIA À VELHICE



COM OS PORTUGUESES
DESDE 1176

MÃOS QUE CUIDAM E PROTEGEM

PREVIDÊNCIA E POUPANÇA

JUVENTUDE, REFORMA,
DESEMPREGO, SOBREVIVÊNCIA,
INVALIDEZ...

SAÚDE

ASSISTÊNCIA MÉDICA
E MEDICAMENTOSA

PROTEÇÃO SOCIAL

LARES, CENTROS DE DIA, SAAS
APOIO DOMICILIÁRIO, CRECHES
E JARDINS DE INFÂNCIA

FAÇA PARTE DESTE MOVIMENTO

